



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

JORGE TADEU PINHEIRO COELHO

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO:
RESISTÊNCIA E MUDANÇAS
(um estudo de caso dos municípios de Pintadas e Valente/BA)

Salvador
2006

JORGE TADEU PINHEIRO COELHO

**CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO:
RESISTÊNCIA E MUDANÇAS
(um estudo de caso dos municípios de Pintadas e Valente/BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento

Salvador
2006

Para Clara, companheira sempre continente com minhas inquietações; trouxe-me para a área da Educação.

Para Thomaz e Arthur, que me ensinam, diariamente, como é ser pai.

Para Pedro, irmão, companheiro e professor nas horas mais improváveis.

Para Terezinha, minha mãe. Como professora primária, despertou-me um sentimento de bem-estar quanto ao espaço escolar, quando me “carregava” consigo para um dos seus turnos de trabalho.

Para o Professor Dr. Antônio Dias, que, pacientemente, me orientou por caminhos que ampliaram meu olhar para a vida. Um guia.

Para os militantes dos movimentos sociais dos municípios de Pintadas e Valente.

AGRADECIMENTOS

Acredito firmemente que cada um de nós não é apenas uma pessoa. Creio que somos mesmo uma ciranda na qual dançam muitas pessoas, idéias, lugares, músicas... Somos constituídos desta forma.

Muitas vezes o curso das nossas idéias foi desviado a partir de uma conversa com um amigo, de um *insigth* oportunizado por uma música, por uma conversa ou pela orientação de um professor. Assim, muitas pessoas e muitas destas situações foram determinantes na constituição do meu ser durante estes últimos anos e, de alguma forma, me trazem a este rito de passagem que é a finalização do Mestrado em Educação na Uneb.

Lembro de educadores com os quais trabalhei em um programa do Governo Federal e de uma equipe de técnicos da Uneb. Estas experiências, somadas às inúmeras viagens que realizávamos pelo interior da Bahia, e o contato com professores, diretores, alunos, funcionários, secretários de educação, moldaram, de uma forma especial, a imagem que tenho da Educação Pública.

Destaco ainda experiências como a convivência com educadores do Colégio Miró, a convivência com representantes de associações, vereadores, dirigentes escolares, secretários de educação de municípios da região da Chapada Diamantina, uma visita ao município de Monte Santo e Euclides da Cunha que, de modo especial, fazem parte da minha ciranda de ser. Agradeço ao meu amigo Prof. Carlos Freitas, que se ofereceu para apreciar o meu trabalho quando eu o finalizava.

À forma muito gentil e carinhosa com que Neuza Cadore e Irmã Velzi me receberam na sua casa desde o primeiro momento em que palmilhei aquele município. Seja na atenção que recebi como hóspede, seja na disponibilidade para dar seus

depoimentos em muitas horas de gravação. Agradeço sinceramente a disposição de todos os membros dos movimentos sociais de Pintadas.

Em Valente encontrei igualmente muita disponibilidade das pessoas para atender-me como pesquisador. À Maura e Miriam na Secretaria de Educação, Leninha do STR, Kleber da Rádio Comunitária e aos demais entrevistados deixo o meu mais sincero agradecimento.

Aos meus colegas de mestrado, Izabel, Mayra, Sandra, Lúcia, Lúcio, Ubton, Patrícia, Jussara, Sigma, Brenno, Flávia, Danon, Jussara, Cristiane, serei sempre grato pela convivência e trocas de idéias.

Aos meus professores e ao corpo de funcionários do mestrado, especialmente à secretária Gina, por sua inquestionável disposição para resolver o que aparecia como necessário. Assim sempre agiu conosco.

À equipe do PRADEM/UFBA, em especial à professora Heuzelinda Nogueira Dantas, pela generosidade e disponibilidade com que sempre me receberam nos momentos em que os solicitei para tratar sobre os Conselhos.

A Valéria Garcia de Macedo, que fez minha primeira revisão, e a Jorge Arturo Rojas, por sua disponibilidade para fazer a última revisão.

Por fim, e mais destacadamente, ao meu grande professor Antônio Dias, em quem procurando o rigor de um orientador acabei encontrando um mestre, com tudo de grandiosidade que esta palavra puder comportar. Se as dificuldades por que passam as universidades públicas exigem uma sobrecarga de trabalhos, somado à ausência de recursos, o Prof. Dias soube compensá-las sendo preciso nas vezes em que me orientou. Generosamente Dias me deu um presente eterno: um sentimento de um jovem amadurecimento intelectual. E mais, mostrou-me outras formas de sociabilidade possível.

*Meu povo, não vá simhora
Pela Itapemirim
Pois mesmo perto do fim
Nosso sertão tem melhora
O céu tá calado agora
Mas vai dar cada trovão
De escapulir torrão
De paredão de tapera (...)*

*(...) Quando chove no sertão
O sol deita e a água rola
O sapo vomita espuma
Onde um boi pisa se atola
E a fartura esconde o saco
Que a fome pedia esmola*

“Chover” (Cordel do Fogo Encantado)

RESUMO

O presente trabalho discute a temática dos Conselhos Municipais de Educação vendo-os como espaços públicos e como possibilidade de alargamento da democracia. São um instrumento importantes para a construção da democracia participativa. Iniciamos com uma retomada das lutas pela redemocratização do Brasil, passamos por uma discussão sociedade civil x Estado para chegarmos ao conceito de conselho como espaço público. Neste trabalho acompanhamos os Conselhos Municipais de Educação de dois municípios do semi-árido baiano. Os municípios de Pintadas e Valente foram escolhidos por suas histórias de vitórias dos movimentos sociais e por contarem com Conselhos Municipais atuantes. Importa aqui acompanhar as aprendizagens obtidas com a criação e participação nos Conselhos Municipais de Educação.

Palavras-chave: Educação;

ABSTRACT

The current work discusses Educational Municipality Council as a public space and as an enabler of democracy enlargement. They are important tools to help in building the participative democracy. We start with Brazilian redemocratization movements, followed by a discussion about civil society versus State to reach the concept of councils as public spaces. In this work we followed the Educational Municipality Councils in two cities in Bahia - A State located in the northeast of Brazil in the semi-arid area. The cities of Pintadas and Valente have been chosen because of their successful history in the social movements arena and because they have active Municipality Councils as well. Finally we emphasized the lessons learned in creating and participating in that Councils.

Key-words: Education;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Região Administrativa Paraguaçu.....	49
Figura 2 - Placa indicativa entre Ipirá e Pintadas.....	53
Figura 3 - Diagrama de organização da Rede Pintadas.....	64
Figura 4 - Irmã Velzi e Neuza Cadore.....	65
Figura 5 - Cartaz da Reforma Agrária no CODES.....	68
Figura 6 - Cartaz no Ministério Público – trabalho.....	69
Figura 7 - Cartaz da Economia Solidária.....	69
Figura 8 - Os 10 Mandamentos da Cisterna.....	69
Figura 9 - Mapa da Região Administrativa Nordeste.....	70
Figura 10 - Placa comemorativa de Valente.....	73
Figura 11 - Planta do Sisal.....	76
Figura 12 – Dos fios à trama dos tapetes.....	79
Figura 13 - Secagem da fibra de sisal	80
Figura 14 - Cartaz fábrica de tapetes.....	106
Figura 15 – Da fibra aos fios	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Pintadas - número de estabelecimentos e de matrículas iniciais - educação infantil e alfabetização -, por dependência administrativa.....	50
TABELA 2 - Valente - número de estabelecimentos e de matrículas iniciais - educação infantil e alfabetização -, por dependência administrativa.....	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Vítimas da Grilagem.....	58
-------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS, ESPAÇOS PÚBLICOS E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	18
3 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO	28
4 A TRAMA DO TECIDO SOCIAL	39
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINTADAS	42
4.1.1 Pintadas, “mesmo perto do fim nosso sertão tem melhora”	44
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALENTE	60
4.2.1 Valente, com o pequeno produtor os primeiros fios	62
4.2.2 Lições aprendidas na leitura	66
5 CONSELHOS EM VALENTE E PINTADAS: RESISTÊNCIA E MUDANÇA	70
5.1 CONSELHOS MUN. DE EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA POLÍTICA E PEDAGÓGICA	71
5.2 UMA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	73
5.3 OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PINTADAS E VALENTE	83
5.3.1 O Conselho Municipal de Pintadas	83
5.3.2 O Conselho Municipal de Valente	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	97
FONTES ORAIS - ENTREVISTAS	101
ANEXOS	102

FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORAÇÃO: Biblioteca Central da UNEB
BIBLIOTECÁRIA: Neuza Tinôco Melo Nunesmaia – CRB-5/229

Coelho, Jorge Tadeu Pinheiro

Conselhos municipais de educação: resistência e mudanças (um estudo de caso dos municípios de Pintadas e Valente/BA) / Jorge Tadeu Pinheiro Coelho. _ Salvador [s.n.], 2006.

102, [34] f. il.

Orientador: Antônio Dias Nascimento

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Departamento de Educação.

Inclui referências e anexos

1. Conselhos municipais de educação – Bahia. 2. Educação e estado – Bahia. 3. Política educacional. 4. Democracia. I. Nascimento, Antônio Dias. II. Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Departamento de Educação.

CDD: 379.8142

1 INTRODUÇÃO

A temática dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social passou a ocupar uma parcela de tempo significativa no cotidiano da sociedade civil e dos gestores públicos eleitos a partir da década de 1990. Surgiram: o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, instituído através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90; o Conselho Tutelar, o Conselho de Saúde e o Conselho de Assistência Social, estes já amplamente divulgados.

No âmbito da educação municipal, o Conselho do Fundef – Lei 9.424/96, que acompanha a utilização dos recursos oriundos do Fundo de Financiamento da Educação, Fundef; o Conselho de Alimentação Escolar, instituído através da medida provisória 2.178/01; os Conselhos Escolares, instituídos pela lei 9.394/96, e os Conselhos Municipais de Educação são todos passos necessários e importantes para a integração e valorização da vida sócio-comunitária às práticas educativas ocorridas no interior dos prédios escolares e ao exercício da co-responsabilidade na gestão democrática da educação.

Neste trabalho voltaremos nossa atenção ao Conselho Municipal de Educação, por dois pontos que o tornam ainda mais singular, distinguindo-o e assim nos convidando a uma reflexão mais cuidadosa: os Conselhos Municipais de Educação não são instituídos em lei, ou seja, a sua criação não é obrigatória.

A criação dos Conselhos Municipais de Educação vincula-se, numa perspectiva legal, ao disposto no art. 18 da nossa Constituição Federal que, tratando da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, enuncia a autonomia da União, estados, Distrito Federal e municípios. Aqui nasce um dos pontos importantes que nos convoca a atenção: com a Constituição de 1988, os municípios foram equiparados à União, estados e Distrito Federal como entes da federação.

Em termos de organização político-administrativa da Educação isto significa que os municípios desde então podem montar seu próprio sistema municipal de educação e não mais ficar submetidos política e administrativamente aos estados.

Não é um percurso fácil, uma mera decisão administrativa, mas é um passo necessário para que, no âmbito dos municípios, as decisões político-administrativas sejam tomadas pelos principais interessados, fazendo com que as ações propostas e os resultados conseguidos sejam tomados localmente, configurando um importante exercício de democracia participativa. Assim, consideramos ser relevante indagar: Os municípios estão buscando sua autonomia na área da Educação? Aqueles que estão, como estão negociando suas questões de poder na gestão do Conselho Municipal de Educação? Numa perspectiva pedagógica do processo de negociação entre poder público e sociedade civil, que lições estão sendo aprendidas, o que já podemos observar? Estes pontos são parte da investigação deste trabalho.

Pesquisa do IBGE destacou que até 2001 houve um percentual considerado na pesquisa como relativamente baixo, 73%, de municípios que já haviam instituído o seu Conselho Municipal, em comparação com o Conselho de Saúde, que já aparecia em 97,6% dos municípios brasileiros. Consideramos entretanto que, pela não obrigatoriedade legal dos Conselhos Municipais de Educação, pela não vinculação de repasse de verbas federais através deste conselho, esse resultado é bastante significativo. Os objetivos do Conselho Municipal de Educação precisam ser compreendidos dentro da busca de autonomia e aprendizagem no tocante à relação entre sociedade civil e poder público local.

Há pesquisadores, como Teixeira (2000), que reconhecem a importância dos conselhos, mas destacam a sua complexidade e especificidades. Esse autor lembra que os conselhos, embora não sejam instituídos em lei, precisam de uma lei municipal para serem criados e para que seus respectivos conselheiros serem empossados pelo poder Executivo.

Teixeira lembra ainda a experiência dos Conselhos Comunitários, nas décadas de 70 e 80, no Brasil, como tentativa dos governos eleitos de neutralizar a força da participação popular. O autor os distingue dos Conselhos Populares, do mesmo período histórico, estes sim espaços menos institucionalizados e criados pelos movimentos sociais.

A despeito das considerações de Teixeira, neste trabalho consideramos os conselhos como parte integrante e instituinte de um processo de fortalecimento da participação democrática, sobretudo no âmbito municipal, e, conseqüentemente, como possibilidade de fortalecimento da sociedade civil através da criação dos

espaços públicos, que Teixeira(2000, p. 20) define como “arenas de expressão, formulação, debate e tematização de questões da sociedade civil”, que têm raízes históricas e são frutos de intensa mobilização popular.

Sabemos, todavia, que tais espaços não garantem um acesso rápido ou mesmo mudanças aceleradas rumo aos centros de poder. São, sim, espaços de construção de outros sentidos de democracia que evidenciam a busca de outra sociabilidade possível, baseada em uma lógica de diálogo, de consenso, de construção coletiva e partilha de poder.

Os Conselhos Municipais de Educação são vistos aqui como espaços de poder que devem ser ocupados consistentemente – discutiremos este ponto em capítulo próprio -, reorientando-se em função do bem comum. São fruto de lições aprendidas e conquistas obtidas a partir das práticas de resistência aos regimes totalitários que marcaram o século passado. São vistos como uma possibilidade positiva de participação e como frutos de uma direção possível na busca de transformação social.

Este trabalho procura entender Os Conselhos Municipais de Educação e ainda, como a dinâmica da participação dos movimentos sociais de dois municípios baianos Pintadas e Valente, está presente nos Conselhos Municipais de Educação, contribuindo para o alargamento da gestão democrática.

Realizamos uma pesquisa qualitativa (Haguette). Como metodologia mais propícia, optamos por realizar um Estudo de Caso de dois municípios. Localizados no semi-árido baiano, foram escolhidos pelas marcas que trazem, na sua história recente, de intensos acontecimentos de mobilização e participação social. Julgamos importante ter observado em que medida o aprendizado decorrente desses movimentos de participação transbordava, em lições aprendidas, para esse novo instrumento de exercício democrático e observar como os frutos de lutas históricas estão presentes na dinâmica destes conselhos.

Em Valente, pequenos produtores se uniram para enfrentar as suas dificuldades cotidianas oriundas das condições de vida e da cobrança de impostos pelo Governo Estadual. A força de suas participações se traduziu, em pouco mais de 30 anos, numa obra coletiva que conta, entre outras, com uma Escola Família Agrícola, uma moderna fábrica de tapetes de sisal, que exporta grande parte da sua produção para fora do país, e uma rádio comunitária.

Em Pintadas, identificamos um marco da sua história de mobilização e participação popular em um conflito de terras, em que um pecuarista, ex-delegado, iniciou um processo de grilagem, sendo barrado pela força da comunidade. O movimento, com muita mobilização e luta, reagiu e, por fim, conseguiu aprovar, junto ao INCRA, um assentamento de terras. Segundo relatos de uma das lideranças dos movimentos sociais, Irmã Velzi, numa das reuniões de avaliação das ações do movimento, uma companheira, antes apenas dona de casa, teria falado ao grupo: “Se conseguimos isto (a desapropriação), devemos ficar juntos e fazer mais pela cidade... pelo hospital... pela escola.”. Assim, teve início uma luta que levou os movimentos sociais de Pintadas ao centro do poder político local.

Este trabalho relaciona os movimentos sociais de Pintadas e Valente à criação dos Conselhos Municipais de Educação (CME). Como os CME estão marcados por estes eventos? Nos municípios pesquisados são os conselhos espaços de encontro e negociação da sociedade civil com o Estado?

No cenário ampliado, no que se refere aos discursos em disputas, é preciso lembrar, há um consenso quanto à existência de uma crise atual dos sistemas modernos - liberal capitalismo e socialismo real - não obstante, enquanto os possuidores de privilégios e poder preferem aprofundar a lógica da racionalização econômica e não a humana, defendendo uma necessidade de melhor gerenciamento do Estado Moderno frente à crise do *Welfare State*, outros buscam a saída em direção à construção de um novo mundo possível, baseado na lógica da solidariedade e da inclusão. É preciso perceber os conselhos dentro destas disputas mais amplas.

Adiantamos que a visão que temos dos conselhos, longe de pensá-los como parte do aparelho do Estado, é a de possibilidade de construção comum, apesar das diferenças e desigualdades. Trata-se de espaço de negociação em nível local. Com os atores próximos seus interesses aparecem mais desveladamente, ganham uma concretude e ficam visíveis. Como disse certa vez Franco Montoro: *“Ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, todos moram no município”*; estas palavras expressam as possibilidades da política no cotidiano local e que pode ser valorizada com a participação dos conselhos.

Esses espaços, é importante lembrar, foram conquistados com muita luta, com ao custo de muitas vidas, e tudo isto num período ainda muito recente de nossa história política brasileira.

Lembramos os movimentos contra a carestia, contra o preço da passagem de ônibus ou dos “quebra-quebras” em lojas e supermercados nos anos 70 e 80. Nesse processo de avanços e recuos, não poderia ser outro o caminho senão o de construir instrumentos que assegurassem a participação popular na busca da redemocratização brasileira.

Quando os movimentos de participação popular convergiram, na década de 80, para uma participação efetiva na construção do texto da nova Constituição em 1988 surgem os *conselhos*, como concebido neste trabalho. Na fundação da sociedade civil brasileira – que discutiremos mais adiante - são espaços de encontros; espaços onde diversidades dialogam e deliberam na formulação de políticas públicas.

É preciso informar de antemão que este trabalho não tem uma preocupação prescritiva e normativista, ainda que reconheça a serventia do *saber como fazer* (como montar um conselho...). Na verdade, a nossa preocupação está centrada em conhecermos os fatos que levaram a certos fenômenos: a participação, as tensões, a dinâmica dos Conselhos Municipais de Educação. Desta forma, acreditamos estar contribuindo para o registro e a valorização desse processo de construção da democracia participativa através dos Conselhos Municipais como espaços públicos e não como um procedimento gerencial.

Ao final esperamos assim responder aos que perguntam, provocativa ou ingenuamente: Por que gestão democrática da educação?

O presente trabalho se estrutura basicamente em torno de três blocos de idéias, expressos em seis capítulos elencados a seguir:

- Neste primeiro introdutório, fazemos uma abordagem geral do que pretendemos desenvolver ao longo deste estudo.
- O segundo, intitulado *Sociedade Civil, Movimentos Sociais, Espaços Públicos e Conselhos Municipais de Educação* discute a relação dos conselhos com as categorias de Espaço Público e Movimentos Sociais. Apresenta uma discussão fundamental para que possamos localizar os conselhos como frutos de uma tensão histórica e tardiamente construída nos países da América Latina. Destacaremos conceitos de sociedade civil e movimentos sociais que estão nas pautas de debates atualmente e que, em alguma medida, estão presentes na concepção atual dos conselhos.

- No terceiro, *Movimentos Sociais e Participação*, fazemos uma retrospectiva de acontecimentos recentes na história brasileira que se relacionam com a criação dos Conselhos Gestores, como estratégia de democracia participativa.
- Já no quarto capítulo, *A Trama do Tecido Social*, contextualizamos as tramas que enredam os fios do tecido social dos municípios de Pintadas e Valente, referentes ao movimento de participação popular.
- No quinto capítulo – *Conselhos em Valente e Pintadas - Resistência e Mudança*, apresentamos as questões atuais mais prementes nesses dois municípios pesquisados. Nos debruçamos sobre sua composição, suas formas de funcionamento, a maneira como são vistos pelas respectivas Secretarias Municipais de Educação e pelos conselheiros. Igualmente, refletimos sobre a relação entre as secretarias e estes conselhos.
- A título de conclusão, refletimos sobre os conselhos como instrumentos de gestão democrática nos municípios estudados.

Para realizar este trabalho visitamos, por duas vezes, cada um dos municípios pesquisados. Nestas visitas, por meio de entrevistas feitas com representantes das secretarias e de lideranças da sociedade civil, procuramos compreender a história do movimento de participação e sua relação com a formação dos Conselhos Municipais de Educação. Valemo-nos ainda, além das referidas entrevistas, de análises de documentos constitutivos dos CME e de entrevistas obtidas através dos conselheiros no exercício de seus mandatos e de pessoas que de alguma forma tiveram relação com os processos envolvidos como foi o caso das professoras Eny Bastos da Faced/UFBA e Heuzelinda Nogueira Dantas do Pradem/ISP

2 SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS, ESPAÇOS PÚBLICOS E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Nos próximos dois capítulos procuraremos situar questões amplas da discussão proposta neste trabalho. Conselhos para quê? De onde surgem? Quem os pediu? Será mais uma forma de controle da vida das pessoas? Essas indagações, em certo sentido primárias, nós as entendemos ainda bastante pertinentes, uma vez que nosso processo de efetiva fundação da sociedade civil – como se verá adiante – é muito recente.

Deste modo, precisamos igualmente esclarecer categorias fundamentais para a compreensão dos Conselhos Municipais de Educação – enquanto espaços de mediação entre o Estado e a sociedade civil. Aqui faremos então uma referência histórica à relação *vida privada e Estado*; da vida privada ao poder do Estado e do Estado à afirmação da sociedade civil e à participação ativa do cidadão através de espaços de encontros, negociação e deliberação — os conselhos.

Neste capítulo apresentaremos uma trajetória histórica à oposição sociedade civil / Estado para compreendermos os Conselhos Municipais assim como proposto neste trabalho. Apresentaremos os conselhos como espaços legítimos de luta dos movimentos sociais e necessários de serem ocupados quando nos situamos neste debate sociedade civil x Estado e compreendemos o conceito de guerra de posição do pensador italiano Antônio Gramsci.

Os Conselhos Municipais de Educação, que surgem dos movimentos e lutas referidos no capítulo anterior, são referidos neste trabalho numa perspectiva de ocupação de espaços de poder e alargamento da democracia. Considerando a crise atual da democracia representativa e o descasamento que tem ocorrido entre as aspirações dos eleitores e o trabalho da grande maioria dos seus representantes eleitos, percebe-se a emergência de novas formas de participação nas quais a ação política seja mais direta. Alargar para que novos atores tenham direito a voz e alargar para que esta participação seja ampliada para outros espaços. Importa ampliar os espaços de ação democrática, estendendo-os não apenas às instituições

já existentes, mas para criar outros espaços democráticos, configurando novas formas de exercício da democracia.

A perspectiva apontada acima nos remete a uma aproximação de certas categorias teóricas para que possamos evidenciar a distinção entre os atuais Conselhos Municipais de Educação – vinculados às lutas pela redemocratização do país – em contraposição aos antigos Conselhos de Educação, órgãos administrativos do Estado, vinculados aos Conselhos Estaduais. Desta maneira, para chegarmos à atual configuração dos Conselhos Municipais de Educação, objeto de estudo deste trabalho, inicialmente faz-se necessário revisitar a oposição *sociedade civil/Estado* e as categorias *espaços públicos* e *movimentos sociais*, que se inter-relacionam no desenrolar do presente texto.

Essa discussão é de fundamental importância para que possamos localizar os conselhos como fruto de uma tensão histórica e tardiamente construída nos países da América Latina. No Brasil, como será descrito adiante, a oposição ao autoritarismo dos governos militares, após o golpe militar de 64, será definitiva para a construção da sociedade civil.

A definição de sociedade civil não é algo que se faça sem uma aproximação histórica, sobretudo em face das diferenças significativas que este termo adquiriu e que estão expressas em autores e épocas distintas. Por essa razão trazemos para este texto uma síntese desse debate.

Segundo Norberto Bobbio (2004), Aristóteles usa um modelo dualista no qual se tem a Pólis (cidade) e a sociedade familiar. O Estado (que ainda não existia no seu sentido moderno) era um prosseguimento da sociedade doméstica. No século XVIII (1776) Thomas Paine, ao exaltar os direitos do homem, afirma que “a sociedade é criada por nossas necessidades e o Estado por nossa maldade” (Bobbio, 2004, p. 34). Para Paine, o homem é naturalmente bom e as leis civis devem ser limitadas para que sejam explicitadas as leis naturais. Os indivíduos podem regular suas próprias ações.

Destarte, o termo Sociedade Civil foi sendo compreendido como um conjunto de relações não reguladas pelo Estado.

Thomas Hobbes destaca que o Estado é a antítese do estado de natureza - *societas naturalis*. A *societas civilis* (de natureza social do homem) é constituída por indivíduos que desejam sair da condição de estado de natureza. Com Adam Ferguson (1767), que, juntamente com Adam Smith, é fonte de Hegel, o conceito de

sociedade civil ganha outro significado quando *civilis* não é mais derivado de *civitas* e sim de *civilitas*, passando a ter a acepção de sociedade civilizada, remetendo então à passagem de sociedade primitiva para uma sociedade evoluída. Aqui se pode compreender a definição dada por Rosseau quando este opõe o estado natural à *société civilité*; entretanto, diferentemente de Ferguson, Russeau considera este estado um estado de “civilização”, de corrupção do homem.

É com Marx e na obra de Hegel que o termo *sociedade civil* se liga indissolúvelmente ao de Estado. Na interpretação dos textos de Hegel, por parte da esquerda Hegeliana, o conceito de sociedade civil adquiriu o significado de sociedade burguesa, uma vez que foi a burguesia, enquanto classe, que se libertou dos vínculos do Estado absoluto e, ao se contrapor ao Estado tradicional, quis assim fazer valer os direitos do homem. Marx faz uma interpretação de sociedade civil em Hegel e a incorpora afirmando que a sociedade civil é o lugar das relações econômicas, portanto da infra-estrutura material sobre a qual se eleva a supra-estrutura.

Na percepção de Gramsci, marxista italiano, este difere de Marx afirmando que a sociedade civil é supra-estrutural e que há dois planos supra-estruturais: a sociedade civil (organismos privados) e a sociedade política (o Estado). Gramsci chama a atenção de que é através da sociedade civil que a classe dominante procura exercer a hegemonia, através da conquista de posições. Detalharemos melhor este conceito no desenrolar deste capítulo.

Com Leonardo Avritzer (1994b) incide a análise do caso brasileiro. O autor assevera que, embora a sociedade civil tenha surgido no Brasil nos anos 70, a idéia de sociedade civil ressurgiu no cenário teórico e político dos países ocidentais nos anos 80, estando este ressurgimento associado a três fenômenos: ao esgotamento da forma de organização política baseada no marxismo; à crítica ao desempenho do estado de bem-estar e ao reconhecimento de que as políticas do estado de bem-estar não são neutras. Este mesmo ressurgimento do conceito parece estar associado aos processos de democratização na América Latina e na Europa do Leste. Assim, sociedade civil, ainda sob a ótica de Avritzer (1994a), está associada à diferenciação entre Estado e Mercado; cumpre o papel de conectar indivíduos sem a intermediação da autoridade política, ao tempo em que exerce controle sobre o aparato administrativo do Estado Moderno.

Para países como o Brasil, com inserção tardia no projeto de modernidade ocidental, ocorrem problemas com a passagem de uma estrutura particular de solidariedade a outras estruturas democráticas e modelos importados. Assim, o autor se refere à sociedade civil no Brasil:

O surgimento da sociedade civil no Brasil, no final dos anos 70, constituiu um fenômeno completamente novo em relação à tradição política dominante durante a assim chamada “modernização brasileira”, processo no qual as instituições democráticas que existiram no país não desempenharam qualquer papel na constituição de uma esfera societária autônoma [...].

[...] O Estado brasileiro se propôs a constituir seletivamente os atores beneficiados pelo processo de modernização econômica, atores que, de acordo com os planejadores estatais, seriam capazes de trocar a cidadania social e civil pelo papel de uma sociedade de consumo despolitizada (AVRITZER, 1994b, p.282).

Leonardo Avritzer (1994a), corroborando com o pensamento de Habermas, Cohen e Arato, filia-se a uma compreensão da sociedade civil como um fenômeno da complexa sociedade moderna, a qual requer abordagens igualmente complexas, tais como o consenso da “ação comunicativa” de Habermas.

Este trabalho não adentrará nessa discussão mais específica, por não ser nosso objeto de estudo, e seguirá considerando o entendimento de que a fundação da sociedade civil brasileira está associada ao processo de redemocratização do Brasil nos anos 1970 e 1980 e à chegada de novos personagens às lutas dos movimentos sociais desse período.

Destacaremos dois conceitos de sociedade civil que estão fortemente presentes no debate atual e que, em alguma medida, estão presentes na concepção atual dos Conselhos. Estes conceitos decorrem do pensamento do alemão Jürgen Habermas e do Italiano Antônio Gramsci.

Em Habermas, o conceito de sociedade civil, se encontra no interior do debate quanto à modernidade ocidental. “O processo de modernização, segundo Weber, havia-se caracterizado pela dominância da razão instrumental da ciência e da tecnologia sobre outras esferas sociais” (Liszt Vieira, 1999, p. 226). A razão, um dos ideais do Iluminismo, esteve ao lado da realização de guerras e muita destruição. Assim, para Habermas haveria, além da razão instrumental, uma razão comunicativa, a partir da qual ele propõe um sistema amplo baseado numa ação comunicativa.

Habermas propõe em sua teoria social um sistema dualista que diferencia o que denomina a *lógica do sistema* e o *mundo da vida*. O sistema compreende o terreno das conseqüências de ações estratégicas, o Mercado e o Estado e possui dois subsistemas: o econômico e o administrativo com seus instrumentos de mediação – o dinheiro e o poder. Estes instrumentos de mediação servem para delimitar as fronteiras informando o sentido da lógica do âmbito de cada ação.

Em oposição à *lógica do sistema* existe o *mundo da vida*, domínio da reprodução cultural, da integração cultural e da socialização. A ação social que a constitui é a ação comunicativa. Serão dois seguidores de Habermas, Arato e Cohen, que incorporarão ao sistema proposto pelo filósofo alemão o conceito de sociedade civil, tendo sido aceito pelo mesmo. Trata-se de interpor, entre a lógica do sistema e o mundo da vida a sociedade política e econômica e suas instituições de mediação.

O sistema proposto por Habermas, Cohen e Arato, fundamentado no diálogo, baseia-se na existência de instituições democráticas fortes e confere ao direito uma importância fundamental. Neste sistema o direito passa a ser elemento essencial e constituidor da ação comunicativa.

Não há dúvida da importância do sistema Habermasiano, sobretudo quando não se pensa mais em rupturas súbitas com a ordem estabelecida e se busca um maior controle sobre o Estado pela sociedade civil, como afirmam Arato e Cohen:

Do mesmo modo que Habermas, nós sugerimos como alternativa a continuação reflexiva do estado de bem-estar social. Tal continuação envolve, em primeiro lugar, a construção de um novo tipo de sociedade civil delimitada por um conjunto relativamente novo de direitos que teriam como o seu centro o direito de comunicação ao invés do direito de propriedade. ... Em segundo lugar, a continuação reflexiva do estado de bem-estar social sobre o Estado envolve a criação de formas de controle social sobre o Estado e a economia. (ARATO & COHEN, 1994, p.181).

Destaca-se nesse debate que, para as formações sociais, ainda em processo de fortalecimento da sociedade civil, a formulação lógica do sistema mundo da vida e seus mediadores requer cuidados quanto às reais possibilidades, em realidades históricas singulares marcadas por profundas assimetrias de poder oriundas das mais diversas fontes. É preciso relativizar, de forma não ingênua, para contextos específicos, as possibilidades da afirmação da razão comunicativa sobre a lógica do sistema e seus mediadores: o dinheiro e o poder.

O outro conceito de sociedade civil que julgamos importante para o nosso trabalho é o de Antônio Gramsci. Segundo Coutinho (2003), Gramsci amplia o sentido de Estado em Marx, que habitualmente é entendido como *sociedade política* – o aparelho coercitivo, o Estado em sentido restrito –, incorporando-o ao de *sociedade civil* – formada pelas organizações responsáveis pela difusão das ideologias. Assim, a sociedade civil é a trama formada pelo “sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc..” (COUTINHO, 2003, p.127). Existem ainda outros conceitos em Gramsci que são fundamentais para entendermos a sociedade civil (e para o nosso trabalho, o sentido de *conselhos*): *hegemonia*, *guerra de movimento* e *guerra de posições*. Para esse pensador italiano, na sociedade civil e através dela as classes buscam exercer a hegemonia que é conquistada através da direção e do consentimento ativo. Diferentemente, na sociedade política a conquista é obtida pela força e coerção.

Segundo Coutinho (2003), surgem, das reflexões de Gramsci sobre as razões do fracasso das revoluções nos países ocidentais, os conceitos *guerra de movimento* e *guerra de posições*. Uma vez que nos Estados ocidentais já existia mais equilíbrio entre sociedade civil e Estado, fazia-se necessário uma inserção progressiva na sociedade civil, ocupando-se posições – *guerra de posições*, diferentemente das formações orientais, cuja predominância do Estado-coerção impunha uma luta frontal ao Estado.

Uma vez compreendida essa diferenciação entre sociedade civil e Estado, e conseqüentemente a tensão interna, cabe caminhar em direção a nossa realidade histórica em particular para compreendermos o sentido que têm os Conselhos Sociais e mais diretamente os Conselhos Municipais de Educação como possibilidade de alargamento da democracia.

De acordo com Eder Sader (1988, p.167), o pensamento de Antônio Gramsci esteve presente na formação de intelectuais e militantes brasileiros na década de 70, juntamente com Marx, Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Assim, é a partir desse contexto que entendemos o sentido de *conselhos* a ser abordado neste trabalho. Resgatando seu sentido histórico podemos compreendê-los não como meros instrumentos da administração do Estado, mas sim como

espaços públicos que precisam ser ocupados, em guerras de posições, por representantes dos movimentos sociais em busca da hegemonia.

Como nos referimos no início deste capítulo, compreendemos que a sociedade civil brasileira se estabelece no processo de redemocratização do país, a partir das décadas de 70 e 80. Acrescentamos com a análise de Dagnino (2002, p. 279), que este processo não é linear, mas fragmentado e contraditório, e se liga a uma multiplicidade de fatores, dentre os quais: o Estado visto como força, mas também como estrutura estatal, incluindo-se também os partidos políticos que são tradicionalmente os mediadores entre a sociedade civil e o Estado.

Ainda segundo Dagnino (2002, p.10), historicamente os partidos, com notórias exceções, inclinam-se em direção ao Estado. Daí surge a necessidade das organizações da sociedade civil buscarem relações mais diretas de participação. Portanto, entendemos que das lutas empreendidas pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil surgem os espaços públicos como espaços de participação da sociedade civil na definição das *questões públicas* e, por conseguinte, espaços de alargamento da democracia. Acreditamos que deste modo foram criados, entre outros, os Conselhos, fóruns, orçamentos participativos.

Prosseguindo na linha de raciocínio de Dagnino (2002), através do espaço público pode-se perceber, de um lado, como a política pode ser ampliada e, por outro lado, como o conflito pode ser legitimado e indica uma nova forma de relacionamento com o Estado. Neste sentido, a pesquisadora afirma:

Interpretado desta maneira, o espaço público revela-se um campo importante de combate a dois grandes obstáculos à construção da democracia no Brasil – a hierarquização das relações sociais e a apropriação do público pelo privado. O desafio para uma efetiva democratização do Estado e da sociedade no Brasil passa pela construção de um espaço público, onde “público” seja diferente de “estatal”, e onde a apropriação do Estado não seja privada, mas tenha como critério a exposição pública e negociada de interesses. (GRUPO DE ESTUDOS sobre a construção democrática in IDÉIAS 2002, p. 09).

É dessa forma que neste trabalho os Conselhos Sociais em geral e o Conselho Municipal de Educação em particular são analisados como espaços públicos. São arenas de negociação de interesses das questões relativas à educação no âmbito municipal. Partem da sociedade civil as demandas que serão discutidas nos espaços públicos próprios. Não obstante, para evitarmos um

maniqueísmo fácil, devemos lembrar que sociedade civil não se constitui como o espaço da virtude, mas carrega em seu interior as suas próprias contradições.

É no interior da sociedade civil acontecem certas ações que nascem de carências as quais são traduzidas em demandas que se transformam em reivindicações, numa manifestação de força social, para então se configurar como movimento social – categoria que consideramos igualmente fundamental para construir o sentido de Conselho que estamos abordando até aqui.

O estudo dos movimentos sociais, segundo Maria da Glória Gohn (2001a), aparece na sociologia acadêmica por volta de 1840 com Lorenz Von Stein defendendo a necessidade de se estudar os movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês, o comunismo e o socialismo emergentes. Nos Estados Unidos, entre as décadas de 20 e 60, predominou a doutrina de Park, Simmel e Blumer conhecida como *interacionismo simbólico*, na qual os movimentos são problemas sociais, uma disfunção social.

Nas abordagens marxistas, até os anos 50, os movimentos sociais sempre estiveram relacionados às lutas de classes e até subordinados a estas. Os movimentos eram sempre vistos como fenômenos mais longos, como os processos que engendram a reforma e revolução. Com o surgimento dos movimentos de lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos começa a transformação, e assim a pluralidade das lutas vai, pouco a pouco, substituindo as abordagens anteriores, conforme afirma Gohn:

Offe (1988) na Alemanha, Scott (1985,1990) na Inglaterra, Cohen (1985) nos Estados Unidos. Com enfoques metodológicos distintos, os três últimos criticaram as abordagens macroestruturais dos primeiros [Castells (1972), Borja (1975), Hobsbawm], que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; assim como criticaram os estudos clássicos marxistas, que se preocupavam apenas com as ações coletivas de outros atores sociais relevantes. (GOHN, 2002, p.332)

Na medida em que novos estudos acompanhavam a dinâmica social, outras categorias foram sendo construídas, buscando-se a compreensão e explicação dos fenômenos. É o caso da categoria *força social* como uma demanda concreta, formulada por um indivíduo ou um grupo que se torna um eixo norteador de uma luta social, incorporando-a. A *luta social* foi assumida como uma categoria mais abrangente e que incorpora a categoria da *luta de classes*. Segundo Thompson, “As

classes se formam na luta. As classes sociais não antecedem, mas surgem na luta.” (apud Gohn: 2002, p.248)

Estas distinções, enquanto demarcadoras de fronteiras das categorias explicativas dos movimentos sociais, ampliam as condições de entendimento dos novos fenômenos dentro de seu processo histórico e social.

Do resultado de muitas lutas ao longo do processo histórico surgiram na Europa os Estados-nacionais que, entre outras coisas, serviram para controlar o poder do rei, em favor de uma classe emergente – a burguesia. Desta forma, o Estado passou a representar o poder instituído, estabelecendo regras e normatizando as relações. Entretanto, o Estado não se constitui em um aparelho desinteressado, ao contrário, ele é criado ou tomado em favor da classe ou grupo que emerge hegemônica em dado momento da História. Foi preciso então lutar através das associações, partidos, escolas, igrejas e outros espaços catalisadores de interesses, dando forma à sociedade civil, contra os excessos do poder do Estado.

De uma longa história de tutela do Estado à fundação da sociedade civil no Brasil há um extenso percurso para se chegar à proposição de espaços públicos como espaços onde a igualdade se estabelecerá a partir das diferenças. Outrossim, pesa sobre a mesa destes espaços públicos a tradição de autoritarismo do Estado brasileiro, sua relação de classe e a assimetria socioeconômica existente no seio da sociedade civil.

A despeito da omissão deliberada, realizada pela elite econômica, em relação às revoltas ocorridas no Brasil, não foram poucas as lutas por melhorias dos direitos sociais e políticos e econômicos. Ao longo de nossa história muita luta aconteceu e tem acontecido. Evidentemente também houve muita reação do Estado que tanto cooptou as massas no período do Estado Novo - governo de Getúlio Vargas – quanto esmagou movimentos de luta pelo reestabelecimento da democracia – durante o período militar de 1964 a 1984.

Acreditamos, então, ser necessário nesta etapa do desenvolvimento do nosso trabalho evocar, no capítulo 3 deste trabalho, certos aspectos da história política do Brasil, para só então caminharmos em direção ao entendimento dos Conselhos Municipais de Educação, como proposto. Como já dissemos anteriormente, os atuais Conselhos Municipais de Educação são filhos dessas lutas pela participação e que resultam na verdadeira fundação da sociedade civil

brasileira. Após compreendido o contexto histórico em que foram gestados os conselhos, passaremos a deitar um olhar com acuidade na dinâmica social que engendra todo esse processo nos movimentos de participação dos municípios de Pintadas e Valente, para compreender a especificidade da implantação dos conselhos nos municípios pesquisados. E deste modo compreender em que medida os atores dos movimentos souberam dar importância à ocupação desses espaços tão duramente conquistados.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO

A década de oitenta no Brasil é, muitas vezes, referida como uma “década perdida”, uma vez que as taxas de crescimento econômico chegaram a ser negativas. O modelo econômico proposto pelo Estado de Segurança Nacional, dominante a partir do Golpe Militar de 1964, havia se esgotado. Após um período de crescimento com taxas bastante elevadas (o qual ficou conhecido como “milagre brasileiro”), desfrutando da consolidação do processo de acumulação industrial que substituiu o “modelo agrário-exportador”, o modelo se desgastou. A crise externa provocou alterações no padrão de acumulação e de financiamento das economias periféricas. Houve aumento das taxas de juros, diminuição dos financiamentos externos, inflação alta, concentração de renda e ampliação das desigualdades sociais.

Entretanto, é nesta mesma *década perdida* que se fortalece a resposta dada pelo povo brasileiro, em termos de mobilização popular, à situação de exclusão a que está submetido no seu drama cotidiano. Para Evelina Dagnino (2002) este momento efetivamente funda a sociedade civil no Brasil, em oposição ao Estado autoritário, uma vez que sua existência anterior estava relacionada à falta de autonomia em relação ao Estado.

A chamada *década perdida* foi tempo de mobilização popular e resistência em que o brasileiro ocupou as ruas para construir e reconstruir espaços de participação.

Não se pretende, neste trabalho, pesquisar as origens, a formação da participação do povo brasileiro; entretanto, é necessário que situemos certas passagens constituintes de um conhecimento histórico coletivo que reforçam o sentido desta participação, e deste modo, para efeito deste trabalho, conferir o sentido pretendido aos conselhos. Ademais, esta participação nacional constituidora da sociedade civil brasileira se relaciona num jogo dialético com as participações em níveis locais e assim, vemos emergir em muitas cidades movimentos de participação igualmente importantes. Assim, neste trabalho veremos os movimentos de

participação nas cidades de Valente e Pintadas, e as aprendizagens decorrentes destes movimentos, frente aos seus Conselhos Municipais de Educação como novo instrumento de participação democrática.

Neste trabalho, iniciamos o nosso estudo a partir do período da Primeira República quando começam as lutas sociais urbanas, uma vez que na passagem da economia cafeeira para o surgimento das indústrias ocorre um avanço da urbanização no Brasil. As organizações anarquistas e sindicalistas, dos trabalhadores imigrantes, constituem-se no centro destas lutas. Segundo Maria da Glória Gohn (2001, p. 61) a questão do trabalhador imigrante tomará a centralidade que teve a questão do escravo na segunda metade do século anterior. Todavia, o Estado brasileiro tratará as lutas dos imigrantes como caso de polícia e reprimirá duramente as suas manifestações. Algumas medidas sociais, como a criação das vilas operárias, são promovidas com o objetivo de obter o controle da situação.

A passagem da economia predominantemente agrária para a economia industrial, que marca o fim do Período Colonial brasileiro e o início da Primeira República, através da chamada Revolução de 30, não chega a promover grandes mudanças sociais. Para o sociólogo Francisco de Oliveira (1981) há um consenso entre os estudiosos de que a Revolução de 1930 foi a revolução burguesa brasileira e que ela teria sido uma ruptura do pacto oligárquico (as oligarquias da região do Extremo Sul – Rio Grande do Sul –, Minas Gerais, uma periferia da “região” do café e de Estados da Paraíba e de Pernambuco). Entretanto, como afirma Oliveira:

Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresariais industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade. (OLIVEIRA, 1981, p. 39)

Oliveira analisa que as classes proprietárias rurais continuam parcialmente hegemônicas, o que sustenta o controle das relações externas da economia mantendo-se o padrão de acumulação no molde agrário-exportador. Com a tensão das relações externas (crise de 1929), a hegemonia das classes proprietária rurais entra em colapso, possibilitando as condições para a mudança no modelo de acumulação. No entanto, afirma Oliveira (1987), estão dadas as condições necessárias, mas não suficientes; é preciso promover mudanças nas relações de

produção, e o populismo então fará a conexão do “arcaico” e do “novo” e estabelecerá novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho.

A nascente burguesia industrial brasileira é financiada pela economia agrária do café. Assim, como afirma este sociólogo, os mesmos atores permanecem em cena. Não acontecem as esperadas transformações com o surgimento do operariado brasileiro, e o que se observa é uma crescente participação do Estado em direção à consolidação da economia industrial.

Sob a ótica de Ianni (1978, p. 27), de 1930 a 1964, verifica-se a criação de um vigoroso setor industrial e o Estado se torna o centro mais importante das decisões econômicas. Da economia agrário-exportadora caminha-se para a formação de uma economia industrial, por meio de um modelo de substituição de importações, buscando-se um protótipo de desenvolvimento industrial associado ao padrão norte-americano e de internacionalização da economia.

Além de obras de cunho econômico que fornecem as novas bases de acumulação, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, o Estado “promove” a organização do operariado brasileiro, através da criação dos sindicatos e da legislação trabalhista para atender ao nascente setor industrial. Segundo Ianni, nesta época surgem os primeiros sinais de organização política dos trabalhadores agrícolas. As tensões já não podem ser “controladas” pelos favores e pressões. Despontam então, nessa conjuntura, as associações, ligas e sindicatos dos trabalhadores rurais.

O período de 1945 a 1964 é um período de intensa intervenção do Estado na economia, numa tentativa de consolidar uma nova etapa do processo de acumulação capitalista, configurando-se assim as bases para a economia industrial. A concentração e centralização do capital em torno dos novos centros urbanos intensificam as contradições entre o antigo modelo agrário-exportador e o novo modelo urbano e industrial.

As condições de insegurança, advindas do desaparecimento dos contratos de trabalho¹ na vida rural, favorecem a politização do homem do campo, mas também a migração de muitas das suas “lideranças”. O Estado terá a incumbência de adotar medidas de integração e controle das massas rurais, recém-chegadas à

¹ Segundo Ianni, o fim do Contrato de Trabalho assinado entre os proprietários de terras e os trabalhadores rurais faz com que estes últimos se sintam, de fato, vendedores da força de trabalho.

cidade, para constituir, junto às massas urbanas, a classe operária brasileira. O Estado Brasileiro então adota medidas como a criação e o conseqüente controle dos sindicatos.

Concedendo conquistas decorrentes de embates históricos, o Estado Brasileiro passa a tutelar a relação capital x trabalho, numa política que ficou conhecida como *populismo*:

O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos brasileiros a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político. Ao lado das medidas concretas, desenvolveu-se a ideologia e a linguagem do populismo. Ao mesmo tempo em que os governantes atendem a uma parte das reivindicações do proletariado urbano, vão se elaborando as instituições e os símbolos populistas...No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil...Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. (IANNI, 1978, p.207).

Este período, contudo, foi também um momento de intensa mobilização popular, com greves, criação dos partidos políticos e lutas pela reforma agrária. No campo, surgiram as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, inicialmente no interior pernambucano, alcançaram grande repercussão no Brasil e até no exterior.

As parcelas mais conservadoras da classe dominante brasileira avistam aí uma crise institucional e promovem a tomada do poder, através de um golpe militar.

No período que vai de 1964 a 1984, momento histórico marcante no cenário político, econômico e social brasileiro, coexistem duas forças dominantes: o Estado Brasileiro e a nova burguesia nacional (o empresariado), que promovem uma aliança entre o capital privado nacional, o capital internacional e o capital do Estado. A Doutrina de Segurança Nacional, que sustentou ideologicamente tais ações, é coordenada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)².

O capitalismo brasileiro, periférico, liderado pelo Estado, desfrutará de um período de bons resultados econômicos, resultantes do amadurecimento dos investimentos na indústria de base e da indústria nacional nascente, que encobrirá o esmagamento das vozes contrárias dos excluídos. É uma etapa de forte repressão

² Para a Doutrina de Segurança Nacional o destino de um país é preponderantemente determinado por sua posição geográfica. Assim, o Brasil e toda a América Latina, no contexto bipolarizado de superpotências, deveriam se aliar aos Estados Unidos. Uma leitura mais detalhada deve ser vista em ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil**, 1984.

política, prisões e torturas; no entanto, igualmente, marca uma época em que emergem movimentos de resistência ao governo militar, por meio de manifestações dos partidos políticos, entidades representativas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), e através de ações clandestinas de outros segmentos que fizeram valer a sua vez e a sua voz. É o ressurgimento da democracia brasileira e, para Dagnino (2002), é também a fundação da sociedade civil brasileira.

Enquanto os veículos de comunicação estavam sob a ação da censura, circulavam as versões oficiais dos fatos ocorridos. A oposição, aglutinada no partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (uma vez que à época vivia-se sob um sistema bipartidário MDB x ARENA – Aliança Renovadora Nacional), rearticulava, com o apoio de uma ala progressista da Igreja Católica, a sociedade brasileira, tendo em vista a sua redemocratização.

A participação efetiva das camadas populares no enfrentamento da opressão e da exclusão foi articulada concomitantemente por matrizes discursivas distintas. Ana Maria Doimo (1995, p.76) destaca o papel dos intelectuais, a nova esquerda, a Igreja Católica e o ecumenismo secular; já Eder Sader (1988, p. 141), por sua vez, discorre sobre a História, enfocando mais detalhadamente a participação da Igreja Católica e referindo-se, brevemente, ao papel dos intelectuais, além de destacar o surgimento de um novo movimento sindical em São Paulo.

Segundo os autores citados, a interpretação da realidade histórica era proveniente da leitura de manuais clássicos do marxismo, nos quais se aprendia que a História é a história das contradições e das lutas de classes, porquanto, na sociedade capitalista, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. Para se tornar efetiva a revolução, buscava-se a confluência de condições objetivas/subjetivas, esperando-se que, na ocorrência das primeiras, o próximo passo seria reunir as segundas (o partido, a vanguarda), indispensáveis para disparar o processo revolucionário.

Nesse contexto, a forte repressão empreendida pelo governo militar que assume o poder, a partir do golpe de 1964, vai desarticulando a ação revolucionária:

A morte de Lamarca e Barreto, executados pelo Exército no sertão baiano em dezembro de 1971, pode fornecer a data para o fim do ciclo da “esquerda revolucionária”. Esta que foi a “nova esquerda” dos anos 60, contemporânea da revolução cubana, da revolução cultural chinesa, da guerra do Vietnã, do Che e das Guerrilhas latino-americanas, de maio de 68, nascida em oposição ao conformismo e à burocratização que apontava no PCB, viveu e colocou a revolução como tema da atualidade. (SADER, 1988, p. 168).

Desarticulada e dispersa, a esquerda revolucionária vai, gradativamente, criando novos espaços de atuação. Uma vez que a ditadura militar fechou os canais institucionais de participação, era preciso criar novos espaços. Neste engajamento, diferentes realidades de diversos lugares do país vão dialeticamente sendo incorporadas e incorporando novas contribuições ao conhecimento da realidade da nação. Assim, as categorias do materialismo histórico vão dialogando com culturas e outras matrizes interpretativas da realidade social.

Trata-se, por isso mesmo, de um discurso forte, potencializado pela insistente presença nos mais diversos lugares do país, e constantemente reforçado por inúmeras publicações que então procuravam mesclar categorias do materialismo histórico – como dialética, revolução e história – com questões culturais locais, das relações interpessoais, das cenas do cotidiano e das redes de sociabilidade, numa espécie de antropologização dos conflitos sociais (DOIMO, 1995, p. 88).

Um pensador marxista com forte influência sobre os intelectuais brasileiros ligados às questões sociais foi Antônio Gramsci e seus conceitos de sociedade civil, hegemonia e guerra de posições (tratadas anteriormente), além da experiência dos conselhos de fábrica. Neste último, o pensador italiano propõe a forma de conselhos como uma etapa fundamental de controle e exercício do poder, no qual as decisões tomadas envolvem todos os trabalhadores, inclusive chefes e técnicos, para que controlem todo o processo de produção. Assim, aponta para uma outra forma de controle, por parte dos trabalhadores, da produção em nível das fábricas, em oposição aos sindicatos.

Segundo Sader (1988) e Doimo (1995), entre os intelectuais que elaboraram trabalhos e pesquisas nesta linha de encontro entre o marxismo e a cultura temos Agnes Heller, com *O cotidiano e a história*, e Guattari, com *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*.

Já quando nos referimos aos trabalhos com as camadas populares, principalmente na área da Educação, não se pode deixar de destacar um pensador fundamental para os desdobramentos das ações populares, que foi o educador brasileiro Paulo Freire. Ao apresentar uma proposta metodológica de educação, onde consegue interligar a leitura de palavras à leitura de mundo, Freire (1967) abriu o caminho para o que chamou de conscientização. No seu método de alfabetização Freire propôs que, a partir de pesquisas prévias acopladas ao universo cultural do alfabetizando, fossem escolhidas palavras não só pelas suas possibilidades fonêmicas, mas, sobretudo, pelas suas possibilidades semânticas. Assim, a alfabetização ocorre a partir do contato com a realidade concreta de oprimido do alfabetizando que, junto com outros em análoga situação, se percebem como iguais, e se efetiva a comunicação e a sua conscientização da circunstância de oprimido (FREIRE, 1981).

Sem perder de vista este assunto há um episódio interessante que Sader (1988, p. 167) revela: durante um congresso de uma organização de esquerda, um militante teria exclamado para outro: "— Você trocou Lênin por Paulo Freire!". Mas, continua o autor, apesar da desconfiança do colega, esta era uma ocorrência comum. Havia uma grande demanda por alfabetização de adultos no Brasil, a atividade era permitida pelo regime e havia programa federal de alfabetização. Ademais, no contato com a realidade cotidiana do povo, o entendimento de Paulo Freire era muito mais concreto que o entendimento de teóricos clássicos do marxismo.

Entretanto, neste mesmo cenário, outros atores sociais também estão envolvidos: para a Igreja Católica, as reformas empreendidas por João XXIII com o Concílio Vaticano II e a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano reunido em Medellín, na Colômbia, são um chamado para uma ação mais próxima às carências de suas comunidades. "A declaração de Medellín é dominada por um chamamento à presença mais intensa e renovada da Igreja na atual transformação da América Latina" (BISPOS DA AMÉRICA LATINA, 1984, p.6 apud SADER, 1988).

Surgem as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e Teologia da Libertação.

Militantes de esquerda e desta Igreja pelo povo lançam-se em trabalhos de conscientização, através de uma metodologia que propõe a discussão, em pequenos grupos, de problemas concretos das suas lutas cotidianas. Passa a existir o Movimento Contra a Carestia, Movimento Contra o Desemprego, Movimento Estudantil, greves das categorias econômicas da região paulista do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) e, aos poucos, vão se ampliando: Movimento Feminista, Movimento pela Anistia, retomada do movimento sindical, criação do Partido dos Trabalhadores, criação do Movimento dos Sem-Terra e retorno ao pluripartidarismo, entre outros.

Em 1973, a alta do Petróleo, ao provocar uma elevação de preços, expõe a fragilidade do modelo de acumulação e leva à estagnação econômica da década de 80. O capitalismo brasileiro não promovia as condições necessárias para que pudesse encobrir as tensões sociais e, por isso, as manifestações populares tornaram-se cada vez mais intensas.

Na década de 80 intensificou-se a participação social. A crise econômica trouxe o desemprego e as altas taxas da inflação (que corroíam salários promovendo uma perversa transferência de renda) a níveis intoleráveis. A mobilização popular ganhou as ruas em greves, ondas de saques a supermercados e lojas, promoveu “quebra-quebras” em trens e ônibus, tudo isso aliado ao surgimento das centrais sindicais, desencadeamento das lutas pelas diretas já e, por fim, o estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte com o objetivo de se elaborar um outro texto constitucional expressando as reais demandas da sociedade civil.

Com o fim do período militar, vem ao centro do debate nacional a *democracia*. O aprendizado histórico havia mostrado a insuficiência da democracia representativa. Era preciso construir vias diretas de acesso e partilha efetiva do poder. Uma outra visão da participação política começa a ser gestada.

Numa visão alternativa, a construção efetiva e ampla da democracia só se torna possível quando, paralelamente à normatização das instituições políticas do Estado de direito, houver uma mudança nas relações sociais em seu conjunto, com a criação de novos valores e relações no tecido social, transcendendo a mera construção de um novo regime político. (DAGNINO, 1994)

Ao lado da discussão da necessidade do desenvolvimento de diferentes estratégias de participação política, surgem também novas leituras da realidade social e novos atores propõem outra sociabilidade possível, baseada em ações propositivas concretas, mas também na negociação das diferenças e na busca de construção de consensos possíveis. Para Maria da Glória Gohn (2002), categorias como *luta de classes* vão sendo ampliadas para a noção de *lutas sociais*.

Portanto luta social é um conceito mais abrangente e as classes sociais são uma das formas, e não a única, de agrupar as ações dos homens na história. Classes se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores socioeconômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Por isso se desenvolveu a categoria dos atores sociais. Esta não se contrapõe à classe social porque o “ator” é uma noção utilizada como categoria de análise, enquanto aquela é um conceito (GOHN, 2002, p.249).

A política ganha outras formas de participação e de interpretação da realidade. Ampliam-se os conceitos de espaço público, em que *público* é diferente de *estatal* e sem haver apropriação privada do Estado. Com a instituição da Assembléia Nacional Constituinte, em 1984, os movimentos sociais se mobilizam, exigindo participação, com sugestões e acompanhamento das comissões. Numa evidência expressa do reconhecimento dos movimentos sociais, na elaboração da Constituição Federal de 1988, são construídos mecanismos que garantem, institucionalmente, a participação popular na política do cotidiano. No texto da nova Constituição Federal já emerge a participação direta no primeiro artigo, parágrafo único: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição (grifo nosso)”.

Como afirma Gohn (2000), os movimentos de luta por diversas questões sociais envolveram: mulheres, negros, crianças, educação, serviço social, saúde, meio ambiente, aposentados, que estiveram presentes na construção desta nova Constituição. Assim, a cidadania se afirmava através de garantias institucionalizadas de participação direta.

Concomitante a esta conjuntura, através de legislação complementar, os Conselhos vão tomando forma como instrumento de partilha de poder entre o Estado e os grupos diretamente envolvidos. São exemplos: o Conselho da Criança e do Adolescente, com a Lei 8.069/90; a gestão democrática da Educação e Conselhos

Escolares, com a Lei 9.394/96; o Conselho do Fundef, com a Lei 9424/96; o Conselho de Alimentação Escolar, com a Medida Provisória 2.178/01.

Segundo Gohn (op. cit.), muitos destes conselhos ganharam impulso com a publicação da Lei Orgânica da Saúde nº. 8.080/90 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS nº. 8.742/93), que traziam expressamente em seu bojo estes princípios. Tais leis foram frutos de extensas discussões entre os vários segmentos sociais. Ainda segundo esta pesquisadora, uma lei publicada em 1996 dá novo impulso quando determina que os recursos públicos para a área social devem ser recebidos através de conselhos municipais.

Neste capítulo, tentamos compreender com mais atenção o que, de uma perspectiva exclusivamente econômica, denomina-se “a década perdida”, para enfim nos depararmos com a situação atual. No entanto, afirmamos que se ela foi perdida para alguns foi ganha para muitos outros. Foi, sobretudo, uma década fundamental para a luta pela construção dos direitos econômicos, sociais e políticos no Brasil. Foi, sim, uma década de participação.

Neste ponto, já podemos afirmar a identidade diferenciada dos conselhos propostos atualmente. Cansados de obedecer, assustados, as ordens de um Estado autoritário e militar somos facilmente levados a desconfiar de todo e qualquer instrumento que nasce da iniciativa do Estado. Aqui, advertimos para a armadilha dessa nossa desconfiança desinformada. A grande mídia, que pertence aos donos do poder, classe hegemônica no controle do Estado, certamente não procurará informar-nos da nova forma e dos novos propósitos dos conselhos. Conselhos municipais são instrumentos para fortalecer a cidadania local, a capacidade de articulação da sociedade civil e para promover mudanças na dinâmica social. Estes pontos interessam à sociedade civil. Os Conselhos Municipais de Educação são um instrumento da sociedade civil para participar da formulação da sua política pública municipal. Nossa desconfiança, desinformada muitas vezes, confunde os atuais Conselhos Municipais de Educação com antigos instrumentos de tutela do governo em relação a Educação e assim, os Conselhos Municipais de Educação ainda estão em processo de serem devidamente ocupados (em guerra de posição) por militantes dos movimentos sociais.

No capítulo seguinte, fizemos um trabalho de pesquisa, através de depoimentos e documentos, sobre qual a gênese de movimentos participativos tão fortes quanto os de Pintadas e Valente. Neste trabalho sobre Conselhos Municipais

de Educação procuramos entender o Conselho como *um emergente em um grande movimento de participação*. Ocorre que, ao tempo em que eclodem estes movimentos de participação, de tentativas de ocupação de espaços no poder local, surgem também espaços democráticos, no âmbito do coletivo nacional pactuado que são os Conselhos Municipais de Educação. Há portanto uma relação dialética entre o cenário local e o cenário nacional na qual os Conselhos se emergem como instituídos e instituintes de novas formas de participação. Ao longo desta pesquisa nos indagamos como a mobilização social e a participação decorrente nestes movimentos de lutas de Pintadas e Valente, transbordam sobre os Conselhos Municipais de Educação.

4 A TRAMA DO TECIDO SOCIAL

Neste capítulo, traremos os fatos da dinâmica social dos municípios pesquisados que, ao nosso ver, constituem a gênese do sentido de participação que os Conselhos Municipais de Educação objetivam aglutinar. Neste momento da história destes municípios veremos a organização da população em torno de suas necessidades e desejos. Nos dois casos estudados encontra-se na base destes movimentos a Igreja Católica, ou melhor, a ala progressista da Igreja Católica que inspirada nas reformas empreendidas por João XXIII com o Concílio Vaticano II e a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, reunido em Medellín, na Colômbia, convocam para uma ação mais próxima às populações carentes. Movimentos da Igreja que deram origem as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e Teologia da Libertação.

Antes de adentrarmos em eventos históricos é preciso registrar que buscamos os fatos em narrativas, documentos e que foram organizados historicamente na tentativa de compreender as forças que agiam em dado tempo e espaço. Esta foi a técnica utilizada neste trabalho. Contudo, é necessário advertir que aqui não estão presentes muitos elementos que compõem esta história: o suor, a lágrima, o sangue, a raiva, a revolta, a prepotência, a indiferença, o aperto de mão, a solidariedade e tantos outros elementos que fazem parte da realidade pesquisada.

Conhecer a trama social não é apenas desfiar cuidadosamente cada um dos seus fios, pois a trama são os fios juntos e as tensões existentes entre eles. A realidade é a dinâmica do movimento, é vida que pulsa sem cessar. Esta é a complexidade de procurar entender as lutas das comunidades de dois municípios com histórias de participação popular tão importantes. O enredamento das circunstâncias é de difícil apreensão e trazê-las ao papel é sempre um desejo inacabado.

Neste capítulo, nos itens seguintes: *Pintadas*, “*mesmo perto do fim nosso sertão tem melhora*” e *Valente*, *com o pequeno produtor de sisal, os primeiros fios...* procuraremos trazer para este texto, partes de uma narrativa, acontecimentos e

impressões que nos pareceram fundamentais para a edificação do atual movimento de participação das comunidades destes municípios. No município de Pintadas a união solidária na dor, advinda da exploração do mais fraco pelo mais forte, convoca os desejos dos oprimidos por lutarem juntos contra esta opressão. Veremos, a seguir, os acontecimentos que marcaram esta luta e fortaleceram os vínculos dessa comunidade ao tempo em que convocam seus desejos para mudarem este destino. Através da leitura de passagens do Evangelho nas reuniões da paróquia, inspirados nas comunidades eclesiais de base, pequenos produtores e camponeses reconhecem que Deus não criou o mundo assim, sequer a situação de opressão; portanto, esta desigualdade opressora é uma criação dos homens. Dos acontecimentos a seguir nasce um projeto de resistência e posteriormente de ocupação de espaços e, por fim, uma caminhada em direção ao poder político local representado pela Câmara Municipal e pela Prefeitura Municipal.

Faremos a seguir, sucintamente, a apresentação da localização de cada município em um mapa da micro-região a qual pertence e de alguns dados de suas economias e produção para situarmos, brevemente, a dimensão econômica de cada um dos municípios. Destacaremos também outros dados estatísticas oficiais de Pintadas e Valente. Em seguida, apresentaremos o desenrolar dos acontecimentos históricos em Pintadas que, nas narrativas obtidas através de entrevistas com lideranças locais, se relaciona com a fundação do intenso movimento de participação aí encontrado. Este movimento aglutinará forças suficientes para empreender uma caminhada em direção ao centro do poder político local.

(MAPA)

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINTADAS

O atual prefeito de Pintadas é Valcyr Almeida Rios, militante dos movimentos sociais do município, participava da pastoral do imigrante. Valcyr se elegeu com 3.224 votos ou 53,05% pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O segundo colocado: Daniel Coelho, do PFL, obteve 2.853 votos ou seja 46,95%.

A prefeita anterior foi Neuza Cadore, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, uma das principais lideranças da mobilização, que analisaremos a seguir, e que levou os movimentos sociais de Pintadas ao centro do poder local.

Segundo dados do IBGE, em 2000, Pintadas possuía 10.927 pessoas residentes no município, 2.687 matrículas no ensino fundamental, 459 matrículas no ensino médio, 124 docentes do ensino fundamental, 22 docentes do ensino médio.

Como na maior parte dos municípios do interior do estado o fundo de participação dos municípios é sua maior fonte de renda. Seu FPM em 2002: R\$ 2.945.101,00.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e de matrículas iniciais em Pintadas - educação infantil e alfabetização, por dependência administrativa (1993, 2000, 2002).

	TOTAL	ZONA URBANA				ZONA RURAL			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Estabelecimentos 1993	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Matrículas	24	-	24	-	-	-	-	-	-
Estabelecimentos 2000	39	-	-	2	-	-	-	37	-
Matrículas	352	-	-	158	-	-	-	194	-
Estabelecimentos 2002	28	-	-	1	-	-	-	27	-
Matrículas	302	-	-	132	-	-	-	170	-

Fonte: O autor, a partir de dados dos anuários estatísticos da Bahia. Salvador: SEI (1995; 2001; 2003)

Nesta tabela, procuramos observar através dos dados de estabelecimentos escolares e suas matrículas respectivas, referentes a turmas de educação infantil e alfabetização, para os anos de 1993, 2000 e 2002 a mudança ocorrida a partir da chegada dos movimentos sociais ao poder. Assim, estes anos foram escolhidos pela

disponibilidade de informações para o período que marca a chegada dos movimentos sociais ao poder. Elegemos trazer os dados referentes a alunos e turmas de alfabetização, para evidenciar nesta escolha (leitura e escrita) a vontade de ampliar o potencial de inclusão do homem no mundo, pela via da palavra. Em 1993, observamos um número baixo de estabelecimentos e matrículas e nesse ano, destacamos a concentração destas na sede do município. Na tabela 1 podemos perceber números expressivos de matrículas e estabelecimentos no ano 2000 a despeito de que, neste período, devemos considerar os impactos da nova LDB que responsabiliza o Estado e a família pela escolaridade do aluno, concorrendo positivamente, junto à vontade política do novo grupo no poder, pelo crescimento apresentado. Com os dados de 2002 observamos uma inversão da situação quando a política municipal passa também a priorizar os moradores da zona rural. Esta mudança certamente deve-se a chegada desta mesma parcela excluída à condição de formuladores da política educacional do município, na voz do novo grupo político.

Historicamente, o território do município de Pintadas pertencia ao município de Ipirá. O novo município foi criado com a Lei Estadual nº 4.450, de 09 de maio de 1985, a partir do distrito de mesmo nome. Pintadas pertence ao Polígono das Secas e também integra o semi-árido baiano. Faz divisa com Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Ipirá e Pé de Serra como pôde ser observado no mapa. Dista da capital cerca de 200 Km.

Pesquisa da Sudene revela que em 1996 o maior número de pessoal ocupado era oriundo da administração pública, defesa e seguridade social, respondendo por 71,20%, seguido do pessoal ocupado com comércio, reparação, alojamento e alimentação, com 19,40%. As propriedades rurais com menos de 10 hectares somavam 47,25% em 1995. Nas propriedades agrícolas, como produtor, 89,01% eram os próprios proprietários. Em relação à produção agrícola, 51,10% do valor produzido em 1998 foram oriundos da mandioca, seguida do feijão, com 18,20%, e do sisal, com 9,10%. Os principais criadores, por ordem de número de cabeças de animais, se atêm aos bovinos, galos, frangos, às galinhas, aos pintos, ovinos e suínos. Esse pequeno município, de pequenos produtores rurais voltados para pequena lavoura, sem grande articulação com a economia de outros centros produtores, dependente em grande parte da economia do seu maior município vizinho — Ipirá, foi palco de acontecimentos históricos, marcados pela força da união contra a arbitrariedade, a opressão e que tiveram um grande sentido de

aprendizagem para a população do município. Nas páginas a seguir traremos fatos que, em nosso entender, são a gênese deste processo de aprendizado da população de Pintadas e que engendra um cultura de participação que está na base dos Conselhos Sociais e do seu Conselho Municipal de Educação.

4.1.1 PINTADAS, “MESMO PERTO DO FIM NOSSO SERTÃO TEM MELHORA”³



Figura 2 - Placa indicativa entre Ipirá e Pintadas.

“Polícia manda de volta às suas casas 21 passageiros de pau-de-arara baiano”

Já foram enviados de volta às suas cidades, na manhã de ontem, os 21 passageiros de um caminhão pau-de-arara que partiu do entroncamento Olindina-Crisópolis, Nordeste da Bahia, com destino a São Paulo, e que fora apreendido sexta-feira pela Polícia Rodoviária na BR 116, a poucos quilômetros de Alagoinhas. (JORNAL DO BRASIL 08.jul.1973 sucursal de Salvador).

Para efeito da nossa pesquisa, que refere-se aos Conselhos Municipais de Educação como espaço de alargamento da democracia, importa o trabalho de buscar as fontes de mobilização e participação que, como já foi afirmado anteriormente, no caso deste município, ocorrem em eventos históricos decorrentes de conflito de terra e na mobilização social. Através de relatos das lideranças dos

³ Verso da música “Chover” de Lirinha e Clayton Barros do CD “Cordel do Fogo Encantado”.

movimentos sociais chegamos a saber que, na década de 70 e início dos anos 80 o distrito de Pintadas, município de Ipirá, região Paraguaçu, apresentava uma realidade social de extrema pobreza. Situado no semi-árido baiano, castigado pela seca, apresentava uma alta taxa de mortalidade infantil. Nesta realidade de causas complexas se destacava a imigração dos jovens trabalhadores em busca de oportunidade nas lavouras do interior do estado de São Paulo.

Assim, o ano de trabalho do migrante se dividia entre os muitos meses distante de sua família, ausente de sua comunidade, e os poucos, quando voltava, destinados ao trato de sua pequena lavoura. Nos meses em que trabalhava nas lavouras paulistas, estava afastado de sua companheira, das crianças e do trato da sua terra. Para a família que ali ficava, a ausência dos braços fortes do pai era logo sentida e se refletia na queda da produção, do rendimento do trabalho e na conseqüente diminuição da renda familiar. Prontamente a subnutrição batia à porta e levava mais uma vítima da fome. As crianças eram as vítimas mais freqüentes.

A percepção da dureza da realidade social do distrito de Pintadas era de muita dificuldade, mesmo para o padre Ricardo Camellini, pároco de Ipirá, e que já tinha uma forte atuação junto à comunidade. Então, um convênio assinado entre a Diocese de Feira de Santana e a de Santa Catarina possibilitou ao padre a solicitação de duas pessoas, como missionárias, para ajudar nos trabalhos com a comunidade. Assim, no ano de 1984, chegaram ao distrito de Pintadas as missionárias Irmã Velzi Stolz e a auxiliar de enfermagem Neuza Cadore.

Segundo relatos da Irmã Velzi, imediatamente lhes chamou a atenção o sentido de comunidade e a forte religiosidade, muito embora fosse uma religiosidade contemplativa, como ela mesma destaca:

...é...tinham práticas bonitas, como, por exemplo, boi comunitário, que nós não conhecíamos. A comunidade matava o boi, dividia em... toda a carne entre as famílias, saía mais barato, e aí, não precisava comprar, né? E... tinha, também, assim, a bata do milho.

... o pessoal então chegava cinco da manhã, a turma caía lá naquela roça como gafanhoto. Soltavam fogos e...e o dono tinha que matar um boi pra dar de comer a toda aquela gente. Então chamavam boi roubado.

...e quando eram mais pobres, então...é...faziam a baleia. Que era só à tarde, que não precisavam almoçar nem matar bicho nenhum, né? Mas ajudavam.

E...as comunidades que irmã Ana organizou eram comunidades que... vibravam, eram muito entusiasmadas, mas ficavam mais na linha do louvor... da oração... da fraternidade.

...Depois, outro fator: a fé. Porque aqui é um povo católico. E...tinha muita fé em Deus. Tudo era Deus. Também a seca era Deus. Tudo é Deus. (IRMÃ VELZI STOLZ EM ENTREVISTA AO AUTOR)

É importante observarmos no depoimento de Irmã Velzi como esta comunidade, tão homogênea na sua pobreza, possuía um forte sentimento de comunidade, mas, ainda assim, faltavam outras condições que indicassem o modo e a direção do caminhar pela sua libertação.

As duas missionárias, Irmã Velzi e Neuza Cadore, se defrontaram com a dura realidade das condições de vida desta comunidade em seus trabalhos com as famílias. Assim, orientaram-nas sobre questões relativas a saúde e coordenaram reuniões da paróquia, em práticas fortemente inspiradas no *ver-julgar-agir* das Comunidades Eclesiais de Base (BETTO, 1985, p.27). E cujo método muito se aplicava à realidade vivida em Pintadas:

...a comparação com os casos da vida, descobrindo-se que a luta de Moisés contra o faraó equivalia ao combate atual à tirania; as pragas do Egito tinham paralelo com as sabotagens, as operações tartaruga, as greves; o êxodo coincidia com a paciência histórica de, aos poucos, ganhar terreno, avançar, reunir um grupinho de meia dúzia de fiéis no salão paroquial, fazer a leitura bíblica, levantar dificuldades da vida – a precariedade do transporte público, a falta de moradia, saneamento, saúde – e se perguntar, como ensina o método Carlos Mesters: “O que Deus quer de nós diante desse sufoco? Fez ele o mundo desse jeito?...Então porque tanta injustiça?” (BETTO, 2006, p.47)

É nesse contexto que o conflito de terras na região ampliou o enfrentamento das adversidades e inspirou uma determinação com força suficiente rumo a um passo mais transformador dessa realidade de pobreza que por ali reinava.

No distrito de Pintadas, certa área de terra conhecida por Lameiro, nome da fazenda à qual a área pertencia, foi palco de acontecimentos que demonstraram a força da mobilização nascida da solidariedade em torno da dor comum, como veremos a seguir.

A antiga fazenda Lameiro, de aproximadamente 308 hectares, havia sido arrematada em leilão, em 1967, por João Manoel de Oliveira, que a tinha vendido a Ivo Santos Prado. A Fazenda Lameiro divisava com as fazendas Alagoas e Bonita, que pertenciam a diversos herdeiros, tendo sido vendidas apenas umas pequenas partes. João Manoel de Oliveira mandou fazer uma planta das terras ampliando a sua área e a revendeu para Ivo Santos Prado. Este último mandou remarcar a fazenda, de acordo com a nova planta, gerando resistência por parte dos pequenos proprietários.

Em 1974, Ivo Santos Prado apresentou queixa e os pequenos proprietários compareceram então à delegacia regional, sob o comando do Capitão Diógenes, acompanhados do advogado Humberto Colonesi. Diante deste conflito Ivo Prado vendeu então a área para Manoel Carneiro de Souza, delegado de polícia que, quando requereu o documento da terra, a escritura, incluiu às suas terras parte das áreas vizinhas da fazenda Alagoas, localizada numa área denominada Bonita. (Parecer técnico n.º 001/86 – Proc. DR –05/41.270/0584/86 – Conflito de terra no Município de Pintadas e arquivo da CPT Bahia.)

Dando prosseguimento à sua ação de grilagem, Manoel Carneiro de Souza invadiu a área dos pequenos proprietários. Para tanto, mandou que seus jagunços destruíssem as cercas e soltassem animais no pasto e, desse modo, destruíssem as plantações. Isto aconteceu ao fim de 1974 e constou das narrativas, como origem da mobilização que viria a ocorrer em 1985.

No dia 22 de novembro de 1974, Manoel Carneiro de Souza, acompanhado por jagunços, apareceu na área de Alagoas e Bonita e começou a tragédia: cortou todos os arames e destruiu as cercas dos proprietários, constituindo-se em único dono das terras. (CPT, GRILAGEM DE TERRA MATA DOIS LAVRADORES E TIRA O PÃO DE QUINZE FAMÍLIAS).

QUADRO 1 – Vítimas da Grilagem

NOME	IDADE / FILHOS	POSSE DA TERRA	O QUE PERDEU?
João Primo de Oliveira	2 filhos menores	Nasceu e se criou na área	50 tar.
Maria Primo Oliveira	84 anos	Quem reside é a filha	50 tar.
Dionísia Primo Oliveira	60 anos, viúva	Sempre morou	n/d
Timóteo Ferreira Lima	9 filhos menores	Moram há 20 anos	tudo
Miguel Pereira Lima	6 filhos menores	Moram há 20 anos	tudo
Angelo José da Silva	n/d	Moram há 35 anos	tudo
Idelício Vieira de Sena	6 filhos	Moram há 18 anos	n/d
Albertina Gomes Coelho	60 anos, 12 filhos	Moram há 50 anos	82 tar.
Agenor Pedreira	6 filhos	n/d	Tudo
Normandio	3 filhos	n/d	n/d
Hermes Lima das Mercês	4 filhos	Nasceu e se criou	n/d
José Barbosa	n/d	n/d	Fez acordo com Manoel Carneiro de Souza
Inácio Pereira Gonçalves	n/d	Trabalha para Manoel Carneiro de Souza	n/d
João Vaca	n/d	n/d	n/d
Adriana	n/d	n/d	n/d

Fonte: o autor, a partir de documentos obtidos junto à CPT elaborado por lavradores do município de Pintadas em 22/01/1986.

No Quadro 1, acima, podemos constatar a relação das vítimas com a terra, expressa no tempo que possuem como posseiros, tendo inclusive o nascimento dos filhos de muitos deles ocorrido nestas terras. A posse da terra para aquelas pessoas certamente se constitui em uma questão que remete às suas próprias identidades. Por isso, foram muitos os passos em busca do restabelecimento dos direitos destes pequenos proprietários. Em declaração encontrada na CPT o delegado da região comprovou os prejuízos. A questão levou à morte dois lavradores. O primeiro, Adalberto Primo de Oliveira, um dos pequenos produtores, quando se dirigia a Ipirá em atendimento a uma intimação do juiz para que prestasse depoimento. Apareceu afogado numa travessia de riacho. O segundo, Marinho Pereira Lima, foi vítima de

tiros nas costas e morreu no local dos disparos. O autor do crime, falava-se, andava solto pela região.

Logo após a invasão das terras, em 1974, os pequenos proprietários procuraram o auxílio de advogados da Federação dos Trabalhadores Rurais, sendo então atendidos por Dr. Paulo Rocha Paraguaçu e Sr. Arlindo. De 1976 ao primeiro semestre de 1985, passaram a ser atendidos pelo Dr. João Maximiano, de Jacobina. Nada conseguiram. Apenas acompanharam as idas e vindas do “processo”, que constava de folhas e mais folhas. Um mundo intraduzível para aquela gente.

Após 11 anos esperando que o aparelho do Estado restabelecesse o direito desrespeitado, o que viam era o escoar de suas últimas economias. O dinheiro havia sido todo gasto nas lutas travadas pelas letras dos advogados.

Em 1985 a situação do Lameiro foi apresentada numa assembléia de lavradores de Pintadas. Em junho daquele ano, representantes de 15 comunidades de Pintadas foram até a área em questão e, junto com os donos das áreas invadidas, começaram a pensar em formas de lutas para a recuperação da área. O Sr. Manoel Carneiro de Souza, ao tomar conhecimento desta mobilização, providenciou que o líder sindical fosse intimado sob a acusação de estar incitando os lavradores. Na frente da delegacia, lavradores então fizeram uma manifestação de repúdio. A fragilidade frente ao Estado e a homogeneidade na pobreza aproximaram essa gente, que, fortalecida por uma prática religiosa *pelo povo*, compreenderam a necessidade de uma ação conjunta.

Sobre essa ação de mobilização, cabe destacar a reflexão que faz a antropóloga Eunice Durham, em trabalho sobre movimentos sociais: “[...] não é, portanto, necessariamente, a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização” (DURHAM, 1984, p. 25). Acreditamos que esta consciência de suas realidades de oprimidos foi oportunizada pela leitura dos textos bíblicos, numa perspectiva libertadora. Assim, ao conjunto de situações de opressão somaram-se reflexões que iluminaram caminhos. O movimento se fortaleceu e decidiram lutar, por meio de mutirões, para trabalhar nas suas terras invadidas, conforme o descrito a seguir.

- **20.09.85 PRIMEIRO MUTIRÃO**

Com a ajuda de comunidades vizinhas, as pessoas iniciam um mutirão para o preparo da terra invadida. Chegam cidadãos de vários municípios vizinhos: Mairi,

Baixa Grande, Várzea do Poço e Ipirá. Com a presença de 183 pessoas, o roçado se fez rápido. Neste dia chega à área do mutirão um oficial de justiça acompanhado de cinco policiais armados e faz a intimação de 14 lavradores. Quando questionado, o juiz de Ipirá presta uma declaração de que apenas teria mandado o oficial de justiça levar a citação da audiência. O aparato policial teria sido supostamente uma ação de Manoel Carneiro de Souza. Em 31 de outubro, 400 pessoas comparecem à audiência. Apesar de uma manobra para a troca do dia marcado, o povo compareceu acompanhando os 14 lavradores intimados. Foram feitas passeatas pelas ruas de Ipirá. Neste dia nada ficou decidido.

- **17.10.85 SEGUNDO MUTIRÃO**

O segundo mutirão foi feito para a queima do roçado. 135 pessoas estiveram presentes.

- **13.11.85 TERCEIRO MUTIRÃO**

Para aproveitar as chuvas ocorridas nestes dias, 80 pessoas compareceram e realizaram o plantio de milho, feijão, melancia, abóbora e mamona. Certos dias depois, quando germinava o trabalho realizado, Manoel Carneiro de Souza ordenou que um trabalhador seu soltasse o gado para que o solo fosse pisoteado na área plantada. Posteriormente, mandou que o empregado completasse o serviço – arrancasse as plantas e semeasse capim.

- **01.12.85 QUARTO MUTIRÃO**

Nova mobilização. Desta vez, materiais foram comprados a fim de cercar a área trabalhada. 142 pessoas trabalharam para capinar, replantar e cercar a área. As tensões foram acirradas. Circularam conversas de que haveria derramamento de sangue. Animais dos pequenos proprietários foram mortos a tiro. Timóteo Ferreira Lima, lavrador, foi espancado. Em 23 de dezembro, enquanto os pequenos proprietários encontravam-se em Pintadas fazendo feira, Manoel Carneiro de Souza entrou na área com seus animais, destruiu toda a plantação, arrancou e levou consigo os mourões e o arame.

- **25.12.85 QUINTO MUTIRÃO**

Neste dia 90 pessoas se reuniram com a finalidade de refazer todo o trabalho de cerca que havia sido destruído. Ao final do trabalho, juntos, fizeram a Celebração do Natal.

Dernival Epifânio de Almeida e Daniel Mendes de Almeida, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foram intimados para comparecer à delegacia de Ipirá, acusados de serem “incitadores de invasão de terra”. Frente ao delegado, em 14 de janeiro de 1986 declararam que compareciam aos mutirões como convidados. O delegado então os aconselhou para que não fossem ao próximo mutirão, e assim Manoel Carneiro de Souza ficasse ciente de que, com eles ou sem eles, os mutirões aconteciam. Eles não participaram do sexto mutirão.

- **18.01.86 SEXTO MUTIRÃO**

Nesse dia 213 pessoas compareceram à área do conflito para trabalhar a terra de Ângelo. Fizeram um dia de festa. Ao meio-dia estava pronto um almoço comunitário com a celebração da Palavra de Deus. Neste momento, foi lida uma carta de solidariedade enviada por Dernival e Daniel. Os trabalhos foram encerrados às 17 horas com a dança da Bandeira.

- **12.05.87 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA(INCRA)**

Ruben Ilgenfritz da Silva, Presidente do Incra, criou o assentamento Fazenda Nova Esperança.

O palco desta disputa é uma área de terra conhecida como Lameiro. Em tempos de redemocratização do país, há um fortalecimento da sociedade civil e uma rede de proteção social vai se formando a partir dos próprios movimentos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, é um exemplo de onde ecoam os pedidos por solidariedade. Em documentos do Incra, no parecer dos técnicos, já se destacam certos apoios:

[...] Este problema vinha arrastando-se por longos (11) anos, até que no mês de junho do ano passado, numa reunião das quinze (15) comunidades de Pintadas, decidiu-se por uma mobilização conjunta, visando à recuperação dessas terras há tanto tempo sem solução. Com apoio da Igreja, através do bispo diocesano de Rui Barbosa, do pároco de Ipirá, de algumas freiras pertencentes a esta mesma paróquia, do sindicato local por meio do delegado sindical sediado no município e de alguns políticos filiados ao PMDB, começou a se fazer, em regime de mutirão, a roçagem e preparação da terra que “por direito” pertencem aos posseiros ali radicados. (Parecer Técnico nº 001/96, ref. Proc. DR-05/41.2700584/86 – Conflito de Terra no Município de Pintadas).

Foram dois anos de intensa mobilização e enfrentamento, da consciência à ação, em que um *slogan* firme associava e expressava a disposição para a luta e o sentimento de igualdade: *Arma poderosa é um mutirão. Bote fé, meu irmão!*. Irmã Velzi, nas suas narrativas, destaca a desigualdade deste embate. Além do caráter de classe, presente nesta disputa, ressalta ainda o “caráter corporativo da elite”, quando lembra que o juiz, o delegado, a polícia, o prefeito, enfim, todas as autoridades instituídas pelo Estado, eram contra o movimento e todas tinham residência em Ipirá. Ainda assim, o movimento conseguiu, em dois anos, o que o advogado não tinha conseguido em 12.

A vitória da mobilização ocorrida com o conflito do Lameiro revela então as possibilidades de trabalho da comunidade no que tange ao enfrentamento das suas carências. Irmã Velzi relata uma passagem na qual, durante um dos encontros na casa paroquial, em meio às discussões baseadas no *ver-julgar-agir*, uma mulher teria destacado a força da união em torno do conflito do Lameiro e a necessidade de se preservar aquela mobilização. À necessidade real, advinda das condições de vida da comunidade, foram sendo associadas as reflexões críticas à luz de textos religiosos e da experiência bem-sucedida de luta.

A comunidade não lutou sozinha; a Igreja, com o fortalecimento da fé para a libertação, a Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Companhia de Desenvolvimento (CAR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foram entidades importantes para o fortalecimento das ações do movimento em Pintadas.

Concomitantemente ao projeto do Incra foi aprovado um projeto com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conhecido como PROJETO PINTADAS. Entre os benefícios do projeto está a criação do Centro Comunitário de Serviços, que se constitui como entidade gestora e, com a construção da sua sede, passa a abrigar as diversas associações e outros

projetos que vão surgindo. Tem início o Projeto TAPI - Tecnologia Apropriada em Pequena Irrigação, o Projeto AJUP – Associação de Jovens Pintadenses, a Associação de Mulheres de Pintadas (1993), a Associação Padre Ricardo, a Escola Família Agrícola – EFAP (1996), a rádio comunitária – RADACOM (1997) – atualmente desativada -, a Cooperativa de Crédito – Credipintadas / Sistema de Cooperativas Brasileiro (Siccob). Pelo PROCAP – através do Siccob – é financiado um Projeto de Caprinocultura e Ovinocultura, a ASA (Associação de Apicultores), além da formação de um grupo de teatro (Associação Arte Cênica Rheluz). Assim a comunidade foi criando uma malha de associações e projetos que a fortalecia na sua união e trazia novas possibilidades para o município (em 1985, através de Lei Estadual, Pintadas é desmembrada de Ipirá passando a constituir-se em município).



Figura 3 - Diagrama de organização da Rede Pintadas

Os movimentos sociais em Pintadas organizam então um fórum denominado REDE PINTADAS, com representação das diversas entidades do movimento no município e das parcerias obtidas ao longo de sua trajetória de lutas. São integrantes da rede: Associação Padre Ricardo, Cine Rheluz, Associação de Mulheres de Pintadas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Escola Família Agrícola, Rádio (não está funcionando), Centro Comunitário e de Serviços de Pintadas, Associação de Apicultores, Paróquia, Prefeitura, Siccob, Cooperativa de Apicultores (Cooap). Como parceiros fazem parte as seguintes Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações e Universidade: CESE, IL CANALI (Italiana), DED (Alemã), DISOP SIMFR (Belga), COMUNITÀ MONTANA, PEUPLES SOLIDAIRES, FUNDAÇÃO CLEMENTE MARIANI, UFBA. As lutas fortaleceram o

ideal de comunidade e deram seu impulso em direção ao associativismo que reforçou o movimento social em Pintadas.

Todavia, mesmo com a força dos projetos originados das parcerias estabelecidas, o grupo que coordenava o movimento, aglutinado em torno do Centro Comunitário e de Serviços de Pintadas e da Igreja Católica local, em discussões com a comunidade, começou a perceber a necessidade da constância de recursos, uma vez que os projetos financiados pelos agentes externos sempre tinham prazos definidos.

Os movimentos sociais começaram então a se ver frente à necessidade de ampliação de sua área de atuação e da necessidade imperativa de articulação das ações em direção à disputa do poder instituído. Iniciaram assim uma peregrinação em busca de representação política no poder instituído local – a Câmara de Vereadores e a Prefeitura.

Entretanto, a tradição política local, fortemente associada ao coronelismo, significava uma resistência inicial em relação à participação política. A Política, entendida aqui como a representação frente ao Estado, era vista, por membros dos movimentos, com desconfiança. Muitas reuniões e discussões foram feitas para se obter a compreensão política necessária ao nível da participação diária nos assuntos da comunidade, como lembram Irmã Velzi e Neuza Cadore:

Primeiro, nós partimos, desmanchando o tabu *política*. Porque aqui, quando nós chegamos, ninguém podia falar a palavra POLÍTICA. Política era coisa do diabo, do sujo, do Satanás. Então, política pertencia a um coronel, só. Fizemos várias assembléias políticas. O salão lotava dos agricultores, né? As lideranças e a gente trabalhávamos em cima de política. Aqui ainda não era emancipado, pertencíamos a Ipirá. Depois começamos a fazer assembléias para pensar que política Pintadas precisava ter, né? Se era política de Ipirá.



Figura 4 - Irmã Velzi e Neuza Cadore

Em 1992, o movimento percebeu a necessidade de disputar as eleições no município. A mobilização foi muito intensa, já que era fruto das lutas e dos projetos em andamento. Portanto, diante de tal conjuntura, o movimento decidiu lançar como candidato um dirigente de um dos seus projetos. Não obstante, com o resultado das eleições veio uma decepção: haviam feito apenas 30% dos votos.

Enquanto os movimentos sociais em Pintadas trabalhavam em busca de todos esses projetos, foi eleito um prefeito que, segundo Neuza Cadore, não discutia nem conversava com ninguém. Para ampliar a esfera de atuação do movimento em Pintadas foi necessário desenvolver ainda mais as discussões sobre a participação no governo local. Até que, durante as avaliações, ficou entendido que as ações vitoriosas não foram suficientes para comunicar as intenções:

[...] tem alguma coisa errada e a gente vai ter que mudar. Nós vamos ter que chegar pras comunidades e dizer: "nós temos um projeto político pra esse município".

E, aí, a gente passou os quatro anos...E também fomos claros. Aí, teve uma assembléia com todo mundo e se disse com todas as letras: "de hoje em diante nós só vamos buscar benefícios pra quem apostar no grupo, na gente como grupo político. Nós queremos disputar e ganhar uma eleição aqui, porque a gente quer que o recurso da Prefeitura, que é muito mais do que o movimento capta, seja revertido em benefício." (IRMÃ VELZI)

Apesar da derrota nas eleições para prefeito em 1992, o movimento conseguiu eleger um vereador, o Manoel, que assumiu fielmente a condição de representante dos movimentos na câmara. Todas as discussões promovidas naquela casa chegavam às suas bases e eram logo avaliadas pela comunidade. Assim, a mobilização foi, gradativamente, ganhando raízes mais e mais profundas nos quatro anos seguintes.

Quando chegaram as eleições em novembro de 1996, nova candidatura estava colocada – o grupo havia indicado Neuza Cadore para o cargo de prefeita e Julita para vice-prefeita. Mais uma vez, a procura pela representação efetiva era vista como uma extensão das lutas da comunidade, pois era fruto de decisões dos próprios movimentos:

Tanto que a nossa campanha quem abraçou mesmo foi o povão, assim, sabe? Povão. Assim, a gente tinha...cada comunidadezinha...se a gente não tinha cinco, a gente tinha três, outras tinham mais, outras...Assim, sempre mais de três pessoas envolvidas... visitando cada um, né? E eles não acreditaram nisso (situação). Eles acreditavam naquele esquema mesmo de cabo eleitoral, que tem hora certa que você solta o dinheiro, tem a hora certa que você vai dar o bote e que o povo vem. [...] nós não podíamos estar trabalhando fora da rede, porque o governo foi...a conquista foi a decisão das pessoas, assim, foi o empenho das pessoas, uma coisa que vai amadurecendo. Então, ganhar o poder local, conquistar a prefeitura era uma coisa que se encaixava bem nesse processo (IRMÃ VELZI).

Nas eleições de novembro 1996, pelo Partido dos Trabalhadores, Neuza Cadore é eleita Prefeita do pequeno município de Pintadas, com 3.222 ou 54,63% dos votos válidos dos moradores. É o advento dos movimentos sociais no centro do poder municipal. Os movimentos se vêm fortalecidos e as obras sociais ganham ritmo vigoroso: a reforma do hospital; contratação de médicos que vêm da capital do Estado para trabalhar semanalmente no município; construção de casas populares; construção de cisternas em quase todas as casas do município; edificação de uma escola municipal e estabelecimento de convênio com a Universidade Federal da Bahia e o apoio da Fundação Clemente Mariani para a formação de professores; criação de um mercado municipal e um matadouro, pavimentação de ruas e criação de um Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Diante desses acontecimentos, Neuza Cadore foi reeleita, para o período 2001-2004, e em seguida Valcyr, membro dos movimentos sociais, foi escolhido para dar continuidade às obras sociais, como Prefeito, para o período 2005-2008. Desta forma, a idéia de constituição de coletivos para a discussão das questões locais já havia se tornado uma realidade no município com a criação da *Rede Pintadas*, mesmo antes dos atuais Conselhos terem sido instituídos.

Os Conselhos institucionalizados, previstos em lei, passam então a fazer parte do cotidiano de Pintadas, como um atendimento às suas necessidades mais específicas, de forma bastante natural. Assim foram surgindo Conselhos de Saúde, Merenda escolar, do Fundef e, tendo em vista a autonomia municipal na área da Educação, criou-se o Conselho Municipal de Educação.

Em Pintadas, a participação do povo e seus ideais possuem marcas muito fortes. Nas paredes do Conselho de Desenvolvimento Social (Codes), na sede da Cooperativa de Crédito ou na Câmara de Vereadores podem ser vistos signos de comunicação que refletem este movimento. Na Câmara, acima da mesa principal,

junto às bandeiras do Brasil, do estado e do município, se lê numa placa: “Casa da Cidadania”.

No cartaz do Ministério Público do Estado da Bahia constam os seguintes dizeres: "QUEM TEM QUE APARECER É O TRABALHO, NÃO O AGENTE PÚBLICO".

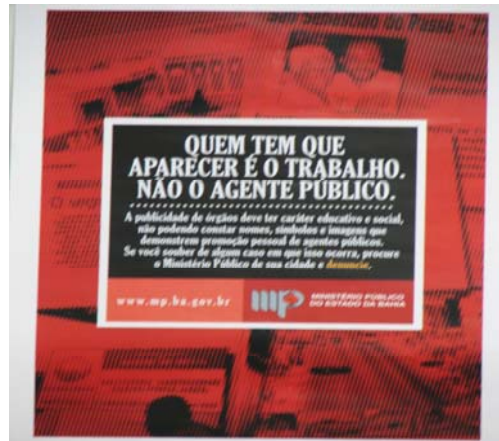


Figura 6 - Cartaz no Ministério Público - trabalho

Já em outro cartaz três crianças sorriem enquanto o texto anuncia ECONOMIA SOLIDÁRIA.

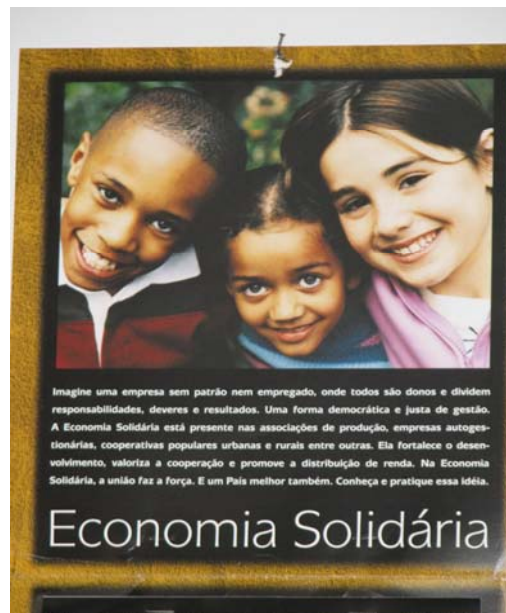


Figura 7 - Cartaz da Economia Solidária

Na cooperativa de crédito, a ênfase é dada para o papel do associado através de um cartaz que explicita os seus deveres. Ainda no Codes, um anúncio cita os dez mandamentos das cisternas, onde os três primeiros anunciam: “A água é presente de Deus e como tal não pode ser vendida, nem negada”, “Todas as pessoas, animais e plantas têm direito à água” e “toda casa da zona rural deve ter a sua cisterna”, mandamento que se tornou compromisso e que já foi concretizado em 90% das moradias.



Figura 8 - Os 10 mandamentos da Cisterna

(MAPA)

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALENTE

A seguir, faremos uma apresentação de dados básicos do município de Valente para que possamos apresentar, através de certas informações e alguns dados estatísticos, da dimensão do município. Na continuidade da apresentação de Valente nos referiremos aos acontecimentos históricos de participação, nascidos nos anos 70, igualmente inspirados na Igreja Católica – a sua ala progressista – em particular inspirados nos círculos bíblicos - que darão consciência ao desejo de luta e garantirão muitas vitórias ao movimento social de Valente ainda que este, mesmo tendo se constituído na principal força econômica do município, não consegue ocupar o centro político ao não conseguir eleger o prefeito.

O atual prefeito de Valente é Ubaldino Amaral de Oliveira, eleito com 5.969 votos que corresponderam a 43,89% dando então a vitória ao Partido Liberal (PL). O segundo colocado foi Ismael com 5.874 votos, 43,19%, do Partido Popular Socialista (PPS) e que representava a força do Apaeb, sendo um dos seus principais líderes e tendo sido seu primeiro presidente. O prefeito anterior foi João José de Oliveira eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

Valente apresentou para o ano de 2000, segundo dados do IBGE, 19.145 residentes, 5.018 matrículas no ensino fundamental, 1.185 matrículas no ensino médio, 284 docentes do ensino fundamental, 84 docentes do ensino médio. Sua principal fonte de receita é a transferência do Fundo de Participação dos Municípios cujo valor, em 2002, foi de R\$ 4.253.988,00

TABELA 2 - Número de estabelecimentos e matrícula inicial em Valente - educação infantil e alfabetização, por dependência administrativa (1993, 2000, 2002).

	TOTAL	ZONA URBANA				ZONA RURAL			
		federal	estadual	municipal	articular	federal	estadual	municipal	articular
Estabelecimentos 1993	8							0	
Matrículas	61		01	1	4			65	
Estabelecimentos 2000	2							3	
Matrículas	.829			22	38			029	0
Estabelecimentos 2002	0							9	
Matrículas	.619			17	16			86	

Fonte: autor, a partir de dados dos anuários estatísticos da Bahia. Salvador: SEI (1995; 2001; 2003)

Na Tabela 2 podemos ver que há um certo equilíbrio entre as matrículas da zona rural e zona urbana em 2002. Destacamos este ponto pelo fato de que como regra geral as políticas municipais em educação valorizam ações voltadas para a sede do município. Investimentos na zona rural são indícios de uma política de valorização de uma outra realidade, com seu viver próprio que é o modo de viver do campo. Para este município, no período apresentado, a administração pública local não apresentou grandes rupturas políticas ou ideológicas. Entretanto podemos indagar quanto as mudanças ocorridas por uma revolução molecular, onde os pequenos produtores fazem uma *guerra de posição* com o coronelismo local. Aprofundar a natureza qualitativa da micro revolução em Valente careceria de uma investigação específica. Podemos entretanto esperar para breve uma chegada dos pequenos produtores de Valente ao poder político local uma vez que, nas últimas eleições a diferença de votos foi mínima gerando, inclusive, solicitação para a recontagem dos votos. Apesar desta via clássica de chegada ao poder político local é preciso considerar também a força da Apaeb que disputa com a Prefeitura local (que em geral é a maior fonte de emprego nas cidades do interior do Brasil) o número de empregos.

4.2.1 VALENTE – COM O PEQUENO PRODUTOR OS PRIMEIROS FIOS



Figura 10 - Placa comemorativa de Valente

Segundo a tradição, conta-se que no local denominado Caldeirão, hoje sede do município de Valente, havia um ponto de parada onde os boiadeiros davam água aos rebanhos. Um boi teria se desgarrado do rebanho e não se deixava dominar. Teria sido grande a chegada de boiadeiros que para lá se dirigiam com o objetivo de dominar o boi valente. Assim iniciou-se o povoamento. Igualmente formou-se o Povoado Caldeirão Grande do Boi Valente. A denominação depois mudou para Caldeirão do Valente e, em 1900, com a criação do distrito, passou finalmente a ser denominado Valente.

Estes registros constam do documento *Monografia Municipal de Valente*, pesquisado pelo técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Alberto Augusto Pinho, datado de 1984, e também reforçado por placa comemorativa existente na praça central do município. No brasão do município pode-se ver, dentre outros símbolos, a imagem de um boi, duas imagens de pés de sisal e uma imagem referente à Igreja Católica.

O território do município de Valente integrava originalmente o município de Coité, tendo sido desmembrado em 12 de agosto de 1958. Faz parte da microrregião de Serrinha, limitando-se com os municípios de Santa Luz, Riachão do Jacuípe, Retirolândia e São Domingos. O município dista 235 km da capital do Estado e liga-

se à capital seguindo as seguintes rodovias (por ordem) BA-120, BA-409, BR-116 e BR-324. Este município pertence ao Polígono das Secas e ao semi-árido baiano.

Dados da Sudene revelam informações importantes acerca da caracterização do município: as atividades que mais empregam no município são: administração pública, defesa e seguridade social (46%), a indústria extrativa e de transformação (23,9%), o comércio, a reparação, o alojamento e a alimentação (22,10%). As propriedades agrícolas, com menos de 10 hectares, são no total de 55,30% e nos estabelecimentos agropecuários o produtor é proprietário em 99,12% deles. O sisal é o principal produto agrícola, respondendo por 91,30% do valor da produção agrícola do município, que também conta com a extração vegetal e criação de galos, galinhas, frangos e pintos, além de rebanhos bovinos, caprinos, ovinos, suínos e outros.

Por estar situado no Polígono das Secas, o município de Valente sempre esteve sujeito ao fenômeno da seca e à exploração política daí decorrente. A apropriação privada pelos chefes políticos locais dos investimentos e dos frutos de obras realizados por outras instâncias do Estado reforça a “cultura da dádiva”, onde todos os serviços são travestidos de favores. Estas práticas atualizam o coronelismo, na medida em que os grandes proprietários exercem o poder político local investidos diretamente nos cargos públicos ou através de seus representantes.

Apesar da predominância da cultura do sisal na região, uma coexistência paralela e simultânea do sisal com outras atividades, como as citadas anteriormente, foram constituindo uma forma peculiar de sobrevivência frente às adversidades climáticas. Assim, o trabalho nas outras atividades oscila dependendo das necessidades da atividade do sisal. Antônio Dias Nascimento e Alba Neves Ramos se referem a esta convivência como *sistema de produção sisaleiro*, da seguinte forma:

Da leitura sistemática da realidade como conjunto de atividades produtivas requeridas pela lavoura do sisal propriamente dita, economicamente hegemônica, e da sua relação com outras atividades complementares, que se desenvolvem paralela e simultaneamente, resulta a idéia de sistema de produção sisaleiro (NASCIMENTO e RAMOS, 2001, p. 22).

Neste “sistema de produção sisaleiro”, atividades econômicas distintas convivem simultaneamente, provocando certos arranjos familiares de modo a dar garantia ao sustento da família. Nos momentos de escassez os chefes de família

são os primeiros a buscar trabalho fora e a família acaba por recorrer ao trabalho infantil na sua terra. Igualmente nos períodos de boa cotação no preço do sisal, a força de trabalho do chefe da família é destinada à colheita do sisal, ficando as crianças e as mulheres nos cuidados das outras atividades do sistema de produção.



Figura 11 - Planta do Sisal

O sisal, principal fonte de renda na região, é uma planta perene, que se desenvolve em regiões semi-áridas e chegou ao Brasil proveniente da América Central. Tem uma utilização bastante variada, sendo empregado na produção de cordas, tapetes, sacos, barbantes, fios, sandálias e outros. Seu processo de produção, segundo Nascimento e Ramos (2001), compreende quatro etapas: a primeira vai do plantio para o encaminhamento às batedeiras; a segunda é o batimento das fibras e a entrega dos fardos; a terceira é o recebimento do produto pelos armazéns e sua comercialização nos mercados; e a quarta é a fase de industrialização.

Durante a primeira fase do processo de produção do sisal encontra-se um sistema de beneficiamento no qual ocorrem graves acidentes com os envolvidos, sendo freqüentes os casos de mutilação. Utiliza-se para desfibrar a planta um motor acoplado sobre um chassi, semelhante a um carro de boi, para possibilitar mobilidade entre os campos. O dono do motor é contratado em regime de empreitada, não possuindo nenhuma garantia pelo seu trabalho.

À dureza da realidade do sertão o homem nordestino responde com vontade de viver. Acredita que esta aspereza da vida é que faz os homens fortes, homens que não esmorecem.

Nos anos 60, por influência de padres italianos, chega a Valente o Catolicismo Renovado inspirado no Concílio Vaticano II e na Conferência de Medellín que pregavam uma Igreja pelo povo. Desta forma, chegaram os “círculos bíblicos”, através dos quais toda semana os catequistas marcavam reuniões em que eram lidos trechos do Evangelho e discutidas situações reais dos cotidianos daqueles pequenos lavradores. Estes círculos, ao discutirem soluções para as necessidades concretas, os aproximavam e conferiam uma identidade ao grupo.

A gente se reunia para ler a Bíblia, comentar o Evangelho. A gente aproveitava pra falar da nossa situação, dos impostos, da falta de terra, do sindicato que ninguém conhecia. Mas o motivo da reunião era o Círculo Bíblico. Aí o povo nos acompanhava [Agricultor de Água Boa – Serrinha] (SILVA et al, 1993, p. 64).

Em 1967 foi fundada uma entidade não governamental, nascida no seio da Igreja Católica, que tinha como objetivo estimular processos de organização comunitária. Assim nasce o Movimento de Organização Comunitária (MOC) em Feira de Santana. O MOC foi fundamental para o surgimento de uma associação de produtores na região sisaleira, tanto pela sua organização e reflexões que proporcionava ao grupo quanto pelo enraizamento de uma nova sociabilidade, marcada pela troca de experiências, aproximação dos lavradores/pequenos produtores, oportunidade na qual se reconheciam como iguais, a partir do reconhecimento das mesmas dificuldades por que passavam.

O MOC, através de seus técnicos, prestava assistência técnica direta aos camponeses em suas próprias comunidades, tanto nos campos da Agricultura, da Saúde, etc., quanto no organizativo. Além disso, promovia uma série de eventos (dias de estudos, encontros, seminários), permitindo que camponeses de comunidades e municípios diferentes, antes desconhecidos entre si, pudessem se conhecer, trocar informações, construir relações de amizade entre eles (SILVA et al, 1993, p. 65).

Nos anos 70 os pequenos produtores do sisal sentiram-se oprimidos pela Lei do ICMS, uma vez que não dispunham de dinheiro para ir até a representação da fazenda estadual, nem tampouco podiam dispensar um dia de trabalho para se dedicar à retirada do documento referente à circulação de mercadorias. O trabalho, no sistema de produção sisaleiro, os obrigava a acompanhar as outras atividades às quais se dedicavam, a fim de prover o sustento da família. Além disso, nem sempre a mercadoria era vendida, então se acumulavam as despesas da burocracia estatal.

Em 1979, os pequenos produtores realizaram uma marcha em direção à capital do Estado na expectativa de serem atendidos pelo então governador Antônio Carlos Magalhães. Este os atendeu, mas nada resolveu em termos práticos; entretanto, aquela tinha sido a primeira manifestação pública de camponeses, após 1964, e teve boas repercussões. Numa avaliação desse evento, feita pelas lideranças, dois pontos foram considerados como ganhos:

- a) a articulação entre camponeses de comunidades e de municípios diferentes, quebrando o isolamento até então predominante;
- b) a discussão, em conjunto, de outros problemas cruciais vividos pelos camponeses no seu dia-a-dia, entre eles a comercialização dos seus produtos (SILVA et. al., p. 68).

A partir desse movimento nasce, em 02 de julho de 1980, a Apaeb, nas localidades de Araci, Feira de Santana, Ichú, Serrinha e Valente, que capitaneou a resistência dos pequenos agricultores desses municípios, em especial o de Valente, através da busca da sua autonomia, e construiu, a partir da organização da atividade econômica do sisal, um importante fio do tecido da participação local.

Um maior detalhamento do movimento de Valente pode ser encontrado nos trabalhos de Helenaldo Teixeira.



Figura 14 - Dos fios à trama

4.2.2 Lições aprendidas na luta

El hombre es un ser de necesidades que sólo se satisfacen socialmente, en relaciones que lo determinan. Nada hay en él que no sea resultante de la interacción entre individuos, grupos y classes. (RIVIERE *apud* QUIROGA, 1994,p.32)

Ao longo da nossa pesquisa adotamos uma concepção de homem como um ser social e que se forma a partir da interação com outros homens e com a natureza. Este homem para modificar a natureza — que também o modifica —, e a partir dela produzir aquilo que precisa para sua vida necessita da relação com outros homens. Este homem portanto não se faz sozinho.

Pensar este homem, como um ser que se faz com o outro é, acreditamos, necessário para entendermos os movimentos de participação de Pintadas e Valente. Acreditamos que nestes eventos pesquisados esta concepção de homem ainda se encontra preservada. Estão presentes fortes elementos comunitários — como a solidariedade expressa através do *boi roubado* — como relatado por Irmã Velzi quando descreve os mutirões. Talvez a inacessibilidade dos benefícios do Estado de Bem Estar Social tenham levado esta gente a protegerem-se através da criação dos seus próprios círculos de proteção junto com o vizinho, o amigo, o parente, o grupo da paróquia — um igual. Mas, como afirmado por Durham em citação trazida no início deste capítulo, não é necessariamente a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização. Neste ponto destacamos a leitura crítica do Evangelho — relacionando-a com sua realidade de oprimidos — que serviu como elemento catalisador para o surgimento de movimentos que ganharam força e dimensão para além do indivíduo, constituíram-se em movimentos sociais.

Acreditamos que há uma mudança que se opera na subjetividade destas pessoas e que seguirá dando suporte para a constituição de uma cultura de participação. A cada evento que poderíamos reconstituir quando podemos pesquisamos o movimento em Pintadas, em situações concretas de opressão, nascidas de um conflito de terras, e, em Valente, na dura realidade dos pequenos produtores; ambos os casos em regiões pobres do Estado.

Posto em movimento o que se observa retrospectivamente é a formação de uma cultura de participação que significou um solo fértil para que instrumentos de alargamento da democracia — como os Conselhos Municipais de Educação — florescerem.

No âmbito de dois municípios do semi-árido baiano estão dadas as condições para que instrumentos conquistados, com muita luta no processo de redemocratização do Brasil, venham de fato a garantir a voz dos excluídos na formulação das políticas públicas.

Pensando por outra perspectiva esta questão somos então remetidos a fala de uma participante dos movimentos sociais em Pintadas que diz respeito a autoria da própria história, a liberdade de traçar o rumo da própria história que se consegue pondo fim à alienação e caminhando em direção à autonomia. Evidenciamos este ponto na fala da militante que, durante uma reunião de avaliação da ação no Lameiro teria afirmado ao grupo da paróquia que, se juntos venceram o conflito de terra, juntos poderiam fazer muito mais pela cidade.

Para elucidar esta aprendizagem lembramos o que pensa Castoriades (1982, p123) acerca da autonomia:

a autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente ...Se à autonomia, à legislação ou à regulação por si mesmo, opomos a heteronomia, a legislação ou regulação pelo outro, a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei do outro que não eu...é a lei do outro em mim.

A autonomia aqui é vista como a busca da substituição do discurso do *outro em mim* e que me domina. E como este *outro em mim* é internalizado? Através do imaginário, como um inconsciente coletivo. Em uma dimensão social, diz Castoriades, este *outro* se relaciona com o imaginário, desta forma o discurso do outro, que não é o meu, permeia o imaginário. Caminhar em direção a autonomia é explicitar o discurso do outro, negá-lo e afirmar o discurso que é meu.

Pensemos então no imaginário deste homem no semi-árido baiano e facilmente reconheceremos as dificuldades das lutas que se travaram no plano objetivo quanto no plano simbólico, travadas por esta gente de Pintadas e Valente.

Este imaginário que dizia o Estado é poder - o Estado tem a força, tudo manda, tem a polícia - o poder quem tem são os coronéis - a seca é inevitável, é o destino, é o que Deus mandou para a gente - o sertanejo é forte porque agüenta a seca – oportunidade de vida só em São Paulo - política é coisa do sujo, do Satanás.

Aqui podemos reconhecer a afirmação da autonomia desta gente de Pintadas e Valente que cada qual com seu próprio percurso busca, a partir dos seus acontecimentos, escrever com autoria a sua história. Os eventos que aí aconteceram poderiam ter se constituído em vitórias pontuais mas, em movimentos cada vez mais complexos, estas populações caminham em direção à garantia de sua autonomia. Estes movimentos, sem dúvida reescrevem nas subjetividades

destas pessoas que lutaram, como no imaginário de todos os envolvidos, que uma outra história é possível e que, como foi dito, muito há para ser feito por suas vidas e nas suas cidades. Quando através da sua luta percebem que o destino do homem não está determinado e que Deus não criou a situação de opressão, ressignificam as suas histórias individuais, a história de homens e mulheres de Pintadas e Valente e a própria história do Homem. Nesta resignificação constroem outras verdades incorporando outros sentidos tais como, perseverança, solidariedade, respeito ao diferente, democracia e diálogo. Numa relação dialética subjetividade e história interagem apontando novas formas de sociabilidade.

As vitórias obtidas nas lutas, o longo e duro aprendizado do que significa estar à margem, os vínculos formados e a solidariedade encaminham as ações para o fortalecimento deste desejo de participação. Entendemos que, quando no plano das lutas coletivas nacionais os conselhos são criados, encontram um movimento em Pintadas e Valente que caminhava na mesma direção. Assim, afirmamos que as condições de participação em Pintadas e Valente estavam dadas. Com isto não se pode pensar que a criação dos conselhos e do Conselho Municipal de Educação se dê sem contradições. Cada um dos conselhos espelhará as contradições e a singularidade histórica de cada município. As contradições de Pintadas e Valente, suas especificidades, estarão presente nas lutas e refletidas nos conselhos.

Em Valente, durante as entrevistas realizadas uma questão apareceu muito fortemente: um embate entre a representante da secretaria municipal de educação que reclamava do despreparo técnico dos conselheiros oriundos da sociedade civil e as respostas de uma das lideranças do sindicato dos trabalhadores rurais que afirmava serem os conselhos espaços de negociação política e não técnica. Este ponto, de especial importância, deixaremos para tratar no próximo capítulo. Por ora destacamos que em meio a existência de tensões há um reconhecimento dos conselhos como espaço legítimo a ser ocupado pela sociedade civil:

...primeiro mudar a visão que se tem do conselho. Conselho é espaço para a sociedade fazer a Educação, porque não faz a Educação somente o poder público, nem a instância federal ou estadual e municipal, a sociedade tem que intervir uma vez que os recursos não são da secretaria, não é do prefeito, é da comunidade. Então, a comunidade tem o direito e o dever de participar. (MAURA, Assessora técnica da secretaria municipal de Valente).

5 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA E MUDANÇA

Ao longo dos quatro capítulos anteriores procuramos situar a temática dos Conselhos Municipais, dentro de uma discussão mais ampla, que diz respeito a crise dos sistemas (liberal capitalismo e socialismo real) e o avanço da sociedade civil como protagonista da história e o processo de redemocratização do Brasil a partir das lutas ocorridas na década de 70 e 80.

Vimos como na década de 80, a intensa mobilização da sociedade civil pela redemocratização do Brasil país frutificou em novas formas de participação.

Lembramos que em 1997 foi criada uma Assembléia Nacional Constituinte na qual as enormes e insistentes contradições da sociedade brasileira ganharam voz, através dos seus representantes eleitos. Os movimentos sociais e os partidos de esquerda, por um lado, e os *lobbies*, por outro, apresentaram suas demandas e pressionaram pela aprovação de seus pleitos na Constituição.

No Brasil, fruto destas lutas e de um longo aprendizado relativo a necessidade de maior participação da sociedade civil na formulação e acompanhamento das políticas públicas, é proposto e passa a integrar o texto da nova Constituição Federal promulgada em 1988, o instituto dos Conselhos Sociais.

Como instrumento possível de encontro do poder público e da sociedade civil, conforme já afirmado no capítulo 1, diferentemente dos demais Conselhos Sociais, o Conselho Municipal de Educação, objeto deste trabalho, não se constitui como uma obrigatoriedade mas sim como etapa a ser buscada para a autonomia municipal na área da Educação. Trata-se de criar as possibilidades institucionais para que no âmbito nos municípios, sociedade civil e poder público possam juntos negociar as suas divergências.

Pela luta dos representantes dos movimentos sociais garantiu-se, no texto da nova constituição estes, institutos que representam possibilidades de novas esperanças pela construção de uma democracia participativa.

Nesta direção, de preservação de direitos e garantia da participação, vários segmentos sociais consideram a Carta Magna de 1988 uma Constituição cidadã, inclusive como sendo uma das mais avançadas do mundo em termos de direitos sociais.

Após a construção que fizemos ao longo deste trabalho, na intenção de definir o sentido que damos aos conselhos, sua história e sua relação com o que chamamos de alargamento da democracia, podemos então falar dos Conselhos Municipais mais diretamente sem que reduzi-lo a um mero instrumento administrativo.

A seguir abordaremos os Conselhos Municipais de Educação numa perspectiva política e pedagógica e em seguida por uma perspectiva institucional.

Na perspectiva política e pedagógica nos remeteremos novamente a idéia gramsciana de guerra de posição, seu sentido político e a aprendizagem a qual nos referimos. Na perspectiva institucional abordaremos as questões mais pragmáticas referente a condução cotidiana dos Conselhos Municipais de Educação. Este destaque deve-se ao fato de que a capacitação técnica pode ser vista como forma de ampliar a participação política. Para finalizar teceremos comentários relativos aos Conselhos Municipais de Pintadas e Valente evocando, quando pertinente, falas obtidas nas entrevistas realizadas.

5.1 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA POLÍTICA E PEDAGÓGICA

Se concordarmos que há alguma forma de competência necessária a formação dos conselheiros (que carece de capacitação) como parte do jogo de funcionamento dos conselhos, então devemos reconhecê-los como espaço de poder. Sim, os conselhos são *novos* espaço de poder, espaços para outras formas de ocupação do Estado. Espaços em construção.

Os Conselhos Municipais de Educação são espaços de disputa, se negociam interesses, propostas divergem e convergem. É um espaço onde se constroem consensos e se delibera sobre a Educação no município.

É um espaço político e pedagógico uma vez que neste exercício de poder nos conselhos, os conselheiros tanto representam seus segmentos sociais quanto, a medida que se exercem seus mandatos, vivem o exercício do poder. Participam e aprendem a formular políticas públicas. Aprendem sobre o funcionamento do aparelho estatal.

Observe-se, por exemplo, a participação de uma entidade da sociedade civil, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), no Conselho Municipal de Educação: além de representar as demandas das famílias moradoras na zona rural, suas necessidades específicas, a proposição de um calendário adequado às escolas da zona rural, a proposição de conteúdos escolares adequados, assistência adequada aos alunos entre outras questões, o STR, através de seu representante, vivencia em seu mandato de conselheiro o aprendizado do exercício do poder de governo. Aprende sobre como funciona o aparelho do estado.

Este aprender no exercício do poder é premissa destacadamente importante pelo seu potencial estratégico para o empoderamento dos atores envolvidos. É uma ocupação de espaço qualificada que implica aprendizagens mas o faz na ação. Dá-se um processo de formação política e pedagógica.

A referência que buscamos para esta formação política e pedagógica veio dos Conselhos de Fábrica do pensador italiano Antônio Gramsci. Ao propor os Conselhos de Fábrica como instrumentos de organização dos operários Gramsci propunha que todo operário fosse capaz de por a fábrica em funcionamento. Cada um dos operários deveria aprender sobre o funcionamento da fábrica para, desta forma, ter acesso ao controle de todo o processo.

Assim Gramsci propunha que novas formas de participação deveriam substituir os sindicatos. Conselhos para este pensador eram mais adequados que os sindicatos. Ele considerava os sindicatos organizações nascidas no seio da democracia burguesa e isso impossibilitava os sindicatos de proporcionar aos operários uma outra vivência. O sindicato, dizia o pensador, ao representar o operário, está sempre discutindo salário e emprego, portanto, condições de *empregado*. Coloca-os numa perspectiva de empregados. Para vencer esta situação Gramsci propunha os Conselhos de Fábrica, como células no interior do processo produtivo e em todos os setores, de modo a assegurar o conhecimento de todos os processos e o controle da fábrica.

O verdadeiro processo da revolução proletária não pode ser identificado como o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratual, como são o Partido Político e os Sindicatos profissionais; organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmação e como desenvolvimento da liberdade política.... elas não superam o Estado burguês, elas não abrangem e não podem abranger todo o variado pulular de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu proceder implacável de máquina de exploração e de opressão.” (GRAMSCI, 1973, p. 93).

Os Conselhos Municipais, assim como os Conselhos de Fábrica, são espaços de múltiplos aprendizados quanto ao exercício do poder. Vemos, portanto, que os conselhos proporcionam, àquelas entidades da sociedade civil ali representadas, a formulação de políticas públicas e a ocupação de espaço na gestão do sistema. O Conselheiro oriundo da sociedade civil vai construir progressivamente um entendimento do funcionamento do sistema ao tempo em que já estará participando da formulação de políticas públicas.

Aqui, numa analogia ao conselho de fábrica de Gramsci, os conselheiros municipais de educação aprenderam sobre o funcionamento do “sistema”. O Estado vai deixando de ser algo distante e incompreensível para ser um espaço ocupado e apreendido.

Esta ocupação do espaço é o alargamento da democracia no interior do Estado e também, proporciona o aprendizado do funcionamento do Estado. Lembremos ainda que o acesso a estes postos de formulação de políticas era antes restrito a representantes dos interesses do Executivo ou de uma elite técnica ou política.

Nesta perspectiva, os conselhos, pontos de chegada de lutas para alargar a democratização de centros de poder, são, também, embriões de novas possibilidades que virão.

5.2 UMA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DOS CONSELHOS

A Constituição Federal de 1988 equipara União, estados e municípios como entes federados autônomos, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no artigo 11º dá poderes ao município para criar o seu próprio Sistema Municipal de Educação.

Como dissemos no capítulo 1 , não criar o próprio sistema significa abrir mão da conquistada autonomia, na área de Educação; significa continuar submetendo-se às normas do Conselho Estadual de Educação para suas questões locais e outras submissões políticas, decorrentes desta dependência.

Muitos aspectos da Constituição dizem respeito à construção deste espírito de participação que é fundamento dos Conselhos Municipais de Educação, dentre outros mecanismos de democracia participativa.

Logo no seu artigo 1º, Parágrafo único, está asseverada a primeira prerrogativa: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição” (grifo nosso). Ainda, segundo a mesma Constituição, a Educação será promovida e incentivada com a sociedade (art. 205) e terá como princípio, dentre outros, a gestão democrática (art. 206).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, texto que complementa o espírito da redemocratização, no que se refere ao sentido de participação que norteia o tema deste trabalho, traz importantes contribuições. No seu artigo 1º define a Educação, antes mesmo de especificar que disporá sobre a Educação Escolar:

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, *na convivência humana, no trabalho*, nas instituições de ensino e pesquisa, *nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil* e nas *manifestações culturais* (LDB 9394/96, grifo nosso).

A Educação é, portanto, um processo formativo amplo – distinguindo claramente Educação de Ensino –, sobretudo, é algo que ocorre através da *participação* no mundo da cultura.

Esta reconhece aprendizados não acadêmicos, populares, e, destacamos aqui, reconhece o exercício da participação como Educação e que, por conseguinte, constrói a cidadania.

Igualmente, de acordo com a citada lei, cabe ao município definir as normas da gestão democrática, tendo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares.

Ainda complementando este cenário institucional, em 1996, para se cumprir um dispositivo da Constituição, foi criada uma subvinculação de recursos da área de Educação (Fundef), com a finalidade de fortalecer o ensino fundamental e valorizar a função do magistério respectivo.

Esta subvinculação é um fundo de natureza contábil (não há recursos novos, mas sim redistribuição na esfera de cada estado) que é acompanhado nas esferas federal, estadual e municipal por conselhos específicos. Na esfera municipal, o Fundo deve ter, no mínimo, quatro membros representando respectivamente a Secretaria Municipal de Educação, os professores e os diretores das escolas públicas de ensino fundamental, os pais de alunos e os servidores das escolas públicas de ensino fundamental. Amplia portanto os atores envolvidos no acompanhamento das políticas públicas e os espaços de atuação. Reforça o sentido de participação.

Como já afirmado neste trabalho os Conselhos Municipais de Educação, diferentemente de outros conselhos, não são instituídos por lei específica. Segundo a consultora em Educação da Comissão de Educação da Câmara Federal, Mariza Abreu, não há história anterior de Conselhos Municipais de Educação. Houve, na Reforma do Ensino de 1971, a criação de Conselhos Municipais; porém estes eram órgãos subordinados aos Conselhos Estaduais de Educação.

Com exceção dos tradicionais Conselhos de Educação (Federal, Estaduais e alguns Municipais), a maioria dos colegiados das áreas sociais, como saúde, assistência social, a alimentação escolar, a infância e a juventude, o idoso, etc., é resultado do processo de democratização do país iniciado na década de 1980 (ABREU, [s/d], p.)

Diferentemente, também, de outros Conselhos Sociais, como o da Saúde, da Merenda Escolar e o do Fundef, eles surgem como espaços de um diálogo necessário para a negociação entre a sociedade civil e o Poder Público, mas de criação facultativa.

Entretanto, a criação formal dos Conselhos Municipais de Educação, se dá não exclusivamente pela mobilização da sociedade civil, mas também por uma necessidade de um órgão normativo para a Educação Municipal.

Quando o Município opta por um sistema municipal próprio, cria-se o Conselho Municipal de Educação que junto com a Secretaria Municipal de Educação irão gerir a Educação no município. Adequado-a à realidade local. É assim que autonomia, Sistema e Conselhos Municipais estão imbricados.

Embora Não diga respeito diretamente aos Conselhos Municipais de Educação é importante registrar, como afirma Gohn (in Polis, 2000), de uma exigência legal, datada de 1996, na qual recursos públicos para as áreas sociais deveriam ser recebidos através de Conselhos Municipais.

Apesar de todas as lutas havidas nas décadas de 60, 70 e 80 no Brasil e de serem os conselhos institutos decorrentes destas lutas alertamos para possíveis desvios ocasionados pela presença de interesses de controle dos conselhos ou de abandono. Mas uma vez nos valem do sentido de confluência perversa de Dagnino(2002). Esta afirma considera perversa uma vez que dois projetos políticos, o democrático participativo, e o neoliberal apelam à sociedade civil mas com sentidos distintos. Essa confluência é perversa pois o modelo neoliberal solicita o envolvimento da sociedade civil, mas empobrece a discussão política e transforma a participação da sociedade na resolução dos problemas sociais numa questão de caridade e voluntariado ou em questão de capacidade gerencial. Assim é preciso analisar com bastante acuidade a relação existente entre as Secretarias e os Conselhos Municipais de Educação. Aquém servem o funcionamento, o não funcionamento ou mal funcionamento.

Reafirmamos, os conselhos são espaços públicos e espaços de política. São locais de diálogo e de negociação. Neles, diversos atores se encontram para atuar politicamente, trazerem seus interesses, entrarem numa arena de disputas. Por meio da negociação de suas diferenças propõe a transformação ou a manutenção da realidade.

O que significa então ser uma espaço de diálogo, de negociação? Acreditamos que, como afirma Freire(2003,p 79) diálogo é a relação dos homens mediatizada pelo mundo. Não de trata de uma relação de deposição de um eu em outro eu mas de um entrelaçamento de suas subjetividades. Convoca humildade para aceitar o eu do outro e para reconhecer as minhas próprias limitações.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco torna-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes....Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro.

Os Conselhos Municipais de Educação são formados paritariamente com representantes do Poder Público e da sociedade civil, com número de membros e forma de funcionamento definidos em Lei. Após indicados pela sociedade civil são empossados através de decreto municipal.

O Conselho nasce junto com a criação do Sistema Municipal de Educação e passa a ser um órgão normativo ligado a Secretaria de Educação. É criado na legislação municipal através de uma lei própria. Quanto a seu funcionamento tem suas funções técnicas oriundas da prática de outros conselhos. Atendendo ao princípio da colaboração instituído na LDB o ministério de Educação possui um programa de apoio aos Conselhos Municipais de Educação. No seu material são propostas as seguintes funções para os Conselhos Municipais de Educação:

Consultiva – esclarecendo dúvidas, respondendo a questões que podem ser feitas pelas escolas, pela secretaria, pela câmara de vereadores bem como por qualquer cidadão interessado;

Propositiva, – sugerindo caminhos, ações, ajudando a formular políticas emitindo sua opinião;

Mobilizadora – ao aglutinar outros atores junto à Educação;

Deliberativa – decidindo sobre as questões que são de sua competência;

Normativa – criando as normas referentes ao seu sistema; Compete ao conselho municipal baixar as normas que organizam o Sistema Municipal abrangendo todas as escolas públicas e privadas de educação básica.

Cabe então ressaltar o que afirma o Grupo de Estudos da Universidade de Campinas:

No espaço público, os indivíduos e os grupos estão sim buscando realizar os seus interesses. Sua realização, no entanto, tem como parâmetro a legitimidade das reivindicações concorrentes, ou seja, há o reconhecimento não apenas do conflito, mas da sua legitimidade, na medida em que o outro é visto como sujeito igualmente portador de direitos. (Grupo de Estudos in Revista IDÉIAS, 1998-1999, p. 57).

Se o conselho, como espaço de partilha do poder, foi conquistado com lutas ao longo da História, requer uma preparação para o efetivo exercício de gestão. Destarte, após cerca de 20 anos de ditadura militar, ressurgem a participação dos brasileiros na vida política brasileira, através das associações. Mais uma vez alertamos, é necessário um estado de alerta para que os novos canais institucionais sejam ocupados e verdadeiramente funcionem atendendo aos propósitos sociais da maioria. Não se pode pensar o Conselho Municipal de Educação como um espaço cristalizado, onde a participação está garantida pela mera existência destes espaços.

A ausência de uma história de participação cotidiana nesses conselhos ainda se faz sentir. Reconhecer-se como representante de um *ator social*, da comunidade, participar de discussões técnicas, são aprendizagens em construção, como se pode perceber na fala de Neuza Cadore:

É evidente que o Conselho é um espaço importante, mas eu observo que, às vezes, as pessoas que são, que passam a fazer parte do Conselho, elas próprias, não se identificam... não reconhecem... não se apropriam do seu papel. Então, o que acontece, É... O Conselho tem que representar a comunidade. Não é porque acontece uma lei municipal, um decreto municipal, e se cria esse espaço e se nomeiam pessoas, automaticamente elas passem a representar...

Então, nós temos Conselhos que funcionam melhor – que eu acho que o Conselho Municipal de Educação é um –, Conselhos e os que não se apropriam desse papel, e eu acho que tem muito a ver é com as pessoas que vão constituir esse Conselho. Porque, na verdade, o Conselho tem que ser um instrumento de ligação do governo com a sociedade. Então, como é que o Conselho consegue fazer essa ponte? Porque, muitas vezes, as pessoas têm dificuldade de compreender isso. Do nosso caso assim, quando são pessoas da oposição, elas ficam, assim, tentando ver uma irregularidade pra denunciar...

De um ponto de vista social é preciso lembrar do coronelismo, do patrimonialismo e do clientelismo que sempre se impuseram na tradição política brasileira. Tais práticas políticas, ainda atuantes, com seus resquícios ideológicos, fazem parte do imaginário social que se precisa vencer. Ainda estão presentes nos modos de agir e pensar dos líderes locais. Qual a postura esperada daqueles que representam o poder político? Como agem os secretários e secretária ou seus representantes.

Por vezes o uso autoritário do poder tem raízes profundas fincadas no imaginário social a que no referimos. Por isso, a complexidade da realidade implica cuidados com estes novos instrumentos de gestão democrática, para que não sejam manipulados de forma autoritária, nepotista ou outras formas sutis de controle do poder.

Durante as entrevistas realizadas pudemos perceber uma tensão decorrente da definição do perfil dos conselheiros. Este ponto é de importância central no debate referente aos Conselhos Municipais de Educação. A qualificação / não qualificação dos conselheiros não pode se transformar em um impeditivo para a democratização do acesso a função de conselheiro e, nem tão pouco, dificultar que a sociedade civil compreenda a força do conhecimento técnico para, inclusive, obter acesso a outros espaços de poder.

Esta tensão se revela no debate entre a representante da secretaria de educação de Valente e a representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Valente:

Os conselhos de Valente e, especificamente, o da Educação, da FUNDEF... A gente aqui no município tem uma história, uma cultura de que conselho... reuniões de conselho eram palco de discussões políticas e ideológicas e não de assumir o seu papel realmente de conselheiro, de fazer educação, de normatizar o processo, de consultar, de deliberar. Então, isso emperrava muito o trabalho realmente que é destinado a um Conselheiro de Educação, por exemplo.

Então, essa visão tem sido mudada, mas a gente enfrenta hoje o problema de que como o conselho, ele é... a eleição é democrática, é em assembleia, os segmentos, eles votam, ... há uma assembleia geral, e vota determinada associação, escolhe o presidente de tal associação para fazer parte do conselho, e assim por diante. Isso com todos os segmentos. E, aí, nessa eleição, nem sempre ficam pessoas que têm..., vamos dizer assim, compromisso ou competência pra assumir o Conselho de Educação.

Porque o Conselho Municipal de Educação, o papel dele, no mínimo, o conselheiro tem que entender de LDB. E a gente tem representantes do Conselho de Educação de..., vamos dizer assim, de associações de povoados que não entendem de LDB. Como é que esse conselheiro vai contribuir com Educação, por exemplo, pra... é..., vamos dizer assim, normatizar diretrizes para educação dos jovens e adultos, se ele não conhece de leis pra isso?

Então, é um instrumento bom, rico, sério, mas que a gente não tem pessoas preparadas para operacionalizá-lo. Entendeu? Então, o grande problema, hoje, em Valente, do Conselho de Educação é, primeiro, mudar a visão de que se tem do conselho. Que conselho é espaço pra sociedade fazer educação, porque não só faz educação o poder, nem público, nem instância federal, estadual e municipal, a sociedade tem que intervir, né?... (MAURA, Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação).

Esta tensão entre a competência técnica e a competência política Demo(2003, p.14) discute através do debate da qualidade. O autor promove uma distinção importante entre qualidade formal e qualidade política. A qualidade formal (competência técnica) diz respeito a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos e poderemos incluir para efeito de pensar as assimetrias entre os conselheiros, próprio uso da língua, o domínio da norma culta. A qualidade política (competência política) diz respeito a capacidade do homem de *se fazer* e de *fazer história*, dirige-se a fins e valores, diz respeito a ética. Mas, lembra Demo,

Não podemos segregar as duas, até não são duas coisas, mas faces do mesmo todo. Conhecimento sem qualidade política resvala para a implantação da agressão e do privilégio, pois perde a noção ética e serve a qualquer ideologia. Ideologia sem conhecimento apenas inculca a ignorância e dela vive confundindo competência com fidelidade.

A representante do STR rebate as observações da representante da secretaria municipal de educação, enfatizando a necessidade da formação política, colocando as seguintes questões:

...Valente, como a maioria dos municípios, tinha conselhos na lei, mas, na prática, não funcionaria se não estivesse, de fato, a sociedade intervindo e questionando, brigando para que a coisa acontecesse. Aqui, por volta de 94... 94, 95, começou o processo de criação de conselhos, mas na lei, ainda assim muito tímido, né?. Em 96, de 96 pra cá, aí, sim, o conselho... aí vem toda uma outra história, né?, de participação que foi a questão do PET, o problema da erradicação do trabalho infantil, e que a transferência de recurso pro município se dava, né?

Como é que a gente tem 80% de todas as escolas participando, e o pessoal da área rural e o Sindicato não têm um assento no conselho? Então, nós começamos a ta preocupados com isso: "Bom, precisamos, de fato, ter um assento lá, pra defender o interesse nosso, da nossa categoria, dos nossos... os filhos dos nossos agricultores", enfim. E, aí, entramos, aproveitamos a deixa, como se diz, de um dos representantes que não atuou durante toda uma gestão dentro do conselho, que renova de tempo em tempo...

O problema é que é..., como todo setor, o conselho, ele tem as duas... os dois lados da moeda. Ele tem as pessoas que devem trabalhar na burocracia mesmo, operacionalizar o que foi definido pelo conselho, e tem o conselho que é pra pensar a política da educação. Então, o que acontece é que muitas... muitas pessoas do poder público... é... fazem parte dos dois. Quem é o funcionário que faz o trabalho burocrático também é o conselheiro. E, em sendo ele que assume os dois papéis, quando ele chega no conselho, ele quer atropelar, fazer com que..., quer dizer, ele quer executar no conselho.

E o conselho..., claro, se nós estamos capacitados, temos nossos conselheiros que estão capacitados para atuar nas políticas, pra pensar política, nós não queremos saber de burocracia. A parte burocrática, os funcionários vão depois tentar implementar o que foi definido pelo conselho. Mas eles querem o inverso. Eles querem chegar no conselho, como eles pensam burocraticamente falando, eles não querem perder tempo pra pensar política. Eles querem chegar, do ponto de vista deles, de clientelismo, de corrupção mesmo e tudo mais, querem chegar, atropelar a reunião do conselho e ir embora. (LENINHA, STR)

Kleber – militante dos movimentos sociais de Valente, coordenador da Rádio Comunitária e representante da Rádio junto à associação de rádios comunitárias – *Abraço*, quando questionado sobre a discussão quanto ao perfil do conselheiro (presente nos discursos da representante do Poder Público e da representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), afirma em entrevista que, de fato, até o momento, a ênfase tem sido no fator liderança. Afirma a importância da liderança e do exercício de poder horizontal – com a participação igualitária, afirma a necessidade de uma melhor capacitação das lideranças.

Falando sobre as eleições, o entrevistado confirma a horizontalidade do processo, mas ressalva a necessidade da capacitação e o estabelecimento de critérios, além da capacidade de liderança.

... É... Hoje o movimento social tá baseado mais no fator de liderança, do que ter uma discussão mais, é..., horizontal, ou seja, com os participantes atuando, sempre. É... A participação... O movimento social meio que vertical, mesmo. Você tem ali as lideranças, que estão ali pra resolver as questões do movimento. É pra ser isso mesmo. Mas a questão que é o movimento não pode deixar sem base as lideranças, e essas lideranças precisam ser capacitadas, estarem capacitadas. Muitas vezes as lideranças são lideranças pelo carisma ou pelo populismo, etc.. Eu entendo que é assim, as escolhas deveriam ser mais voltadas pra questão de capacitação mesmo, e não pelo fato simplesmente de ser uma liderança que tá atuando e que poderia entrar ali e poder fazer alguma coisa. (KLEBER, Rádio Comunitária).

Estes depoimentos aproximam-se de depoimentos de lideranças de outros espaços que igualmente percebem a fragilidade de seus conquistas caso os seus conselheiros não sejam devidamente capacitados para o exercício pleno de suas

funções. Este fato pode ser observado no depoimento de Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares, extraído de um seminário realizado pelo Instituto Pólis:

Existe a vontade e a experiência política da militância, mas, quando nos referimos aos Conselhos Institucionais, estamos falando de uma série de normas e de procedimentos que precisam ser conhecidos, é preciso conhecer como funciona a máquina pública (BONFIM, 2000 in revista PÓLIS, 2000, p.63)

Muitas críticas e autocríticas são feitas por não estarem os conselheiros devidamente “capacitados” para o exercício de suas funções. Mais de uma vez observa-se críticas a um não conhecimento dos conselheiros ao lidar com as necessidades deliberativas cotidianas.

Na pesquisa ouvimos críticas aos conselheiros representantes da sociedade civil, por desconhecerem aspectos técnicos e, portanto, “atrasarem” a tomada de decisões.

Aqui alertamos para a necessidade de capacitação dos conselheiros para que não cheguem inadvertidos quanto a complexidade da atribuição da função. Acreditamos que argumentações técnicas sempre estarão carregadas de escolhas políticas. É preciso estar preparado tanto para reconhecê-las como para propor rumos alternativos.

A formação do conselheiro precisa contemplar aspectos políticos e técnicos. É conhecida a força argumentativa proporcionada pelo “conhecimento de normas e procedimentos”. Sabe-se dos riscos de que, em nome da técnica, as decisões fiquem apenas nas mãos dos “técnicos”.

Numa pesquisa sobre o funcionamento de grupos em organizações diversas, o sociólogo canadense Gareth Morgan (1996, p. 164) descreve o que seriam fontes de poder nas organizações, apontando, entre outras: o “conhecimento da estrutura das regras e regulamentos”; o “controle do processo de tomada de decisão do grupo”; o “controle do conhecimento/informação”; as “alianças interpessoais”; as “redes de controle da organização informal”; o “controle das contra-organizações” e o “poder já existente”.

Por conseguinte, o poder necessário à representação da sociedade civil demanda uma capacitação criteriosa dos seus conselheiros.

Outro ponto encontrado em certos documentos relativos ao objeto do nosso trabalho é o caso de municípios em que o presidente do Conselho Municipal é o

próprio Secretário de Educação ou alguém dentre os indicados pelo poder executivo. Embora este não seja o caso dos municípios pesquisados mas alertamos, nestes casos, há um risco muito grande de que as prioridades do poder executivo se sobreponham às prioridades municipais.

Em uma pesquisa do Ministério da Educação, referida em matéria publicada no jornal A Tarde, constata-se um dado preocupante:

De acordo com a pesquisa, dos 5561 municípios brasileiros, 56% não contam com Conselhos de Educação. Em 64% dos municípios onde o Conselho existe, o presidente é eleito por um colegiado; em 22%, o presidente é o Secretário de Educação; e em 10% o titular é indicado pelo prefeito. O restante foi indicado por outros meios. (A TARDE, 21 mar. 2005).

Tais preocupações também foram expressas por Maria Celi Vasconcelos (2003), pesquisadora em Gestão da Educação e Políticas Públicas, ao assegurar:

Em alguns municípios, o presidente do Conselho Municipal de Educação é o próprio Secretário de Educação, fato que, sem dúvida, faz com que as prioridades e as matérias de estudo sejam e estejam relacionadas à dinâmica de trabalho das próprias secretarias, adaptando-se o Conselho ao ritmo e às pautas do órgão executivo. Além do que, a postura dos Secretários de Educação como presidentes dos órgãos normativos é carregada da autoridade do cargo exercido no executivo, distanciando-se, significativamente, da postura de um líder de órgãos colegiados. (VASCONCELOS, 2003, p.117).

5.3 OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PINTADAS E VALENTE

5.3.1 O CONSELHO MUNICIPAL DE PINTADAS

Em Pintadas, ainda hoje podemos ver em posters espalhados por diversos locais da cidade as conquistas da participação: no Codes um cartaz da ONG *Via Campesina* anuncia: “PAN TIERRA Y LIBERTAD – CAMPAÑA GLOBAL POR LA REFORMA AGRARIA”.



Figura 5 - Cartaz da Reforma Agrária no CODES

Neuza Cadore, uma líder dos movimentos sociais, conforme anteriormente referido, foi eleita para exercer seu mandato de prefeita no período de 2001 a 2004. Em 2005 os movimentos elegeram Valcyr para prefeito, para o período de 2005 a 2008.

Durante a campanha de 2004, entrevistamos um membro do Conselho Municipal de Educação – Carlos Alberto da Silva Almeida – que, através do resultado das eleições, tornou-se o Secretário de Educação do Município.

No pequeno município de quase 11.000 habitantes, a participação espalha-se nas várias conquistas dos movimentos sociais: melhorias no hospital municipal, cisternas em quase todas as residências do município, escola aberta ao uso da comunidade e a inauguração, já que o município não contava com nenhuma agência bancária⁴, de uma agência do Sistema Cooperativo Brasileiro (Sicoob). A participação em Pintadas é muito forte.

Os desafios dos conselhos, como arenas de disputas por políticas públicas em Pintadas, também têm suas especificidades. Neuza Cadore, quando prefeita, reclamava da utilização dos conselhos para fins de fiscalização e do jogo partidário. Mudam os atores, mas continuam em cena as disputas do controle pelo poder.

⁴ Com a venda do Baneb – Banco do Estado da Bahia – ao Bradesco, a agência foi fechada, apesar de protestos e negociações. Os rendimentos oriundos de aposentadorias passaram a ser recebidos através de uma agência bancária localizada no município vizinho (Ipirá), o que representou perdas significativas para o comércio de Pintadas, uma vez que as pessoas, ao se dirigirem para Ipirá a fim de receber suas aposentadorias, aproveitavam também para fazerem as suas feiras.

Durante as entrevistas com os conselheiros observamos, por meio das falas, o cuidado com a democracia como processo e seu caráter histórico. Para eles, não há uma resposta que não implique uma pequena digressão histórica a fim de contextualizar os rumos adotados. Carlos Alberto Silva, quando perguntado como se tornou membro do Conselho Municipal, revelou, inclusive, o seu processo de escolha:

Então, eu acho que, já o início, a própria constituição do Conselho, dos membros do Conselho, foi um pouco de exemplo de participação. Eu não fui diretamente convidado a participar de um Conselho. A entidade, a Igreja, da qual faço parte, foi convidada e ela me indicou. Em uma escolha dentre outros membros da Igreja, indicaram a minha participação, pelo fato de eu já ta envolvido com educação. Então, isso fez com que meu nome fosse indicado. E a gente percebeu que outras, no caso Igreja Católica, Igreja Presbiteriana, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Movimento de Pais, Associação de Pais, também, ali, tinham seus representantes. E esses representantes, eles, a partir de 2001, exerceram a função de conselheiros, passaram a exercer a função de conselheiros.

No início, a gente ficou meio..., assim, com dificuldade de exercer a nossa função, por falta de orientação e informação mesmo.... da área de Educação, os Conselhos da área de Educação. E a gente trabalhou com uma orientadora, chamada Heuzelinda – ela que também trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Salvador –, e ela começou a nos dar orientações para que a gente assumisse e desse rumo à função de um Conselho Municipal. Então, desde a base legal, desde a necessidade efetiva, e competências práticas e não legais... – porque há uma diferença entre a competência que tá na lei e a competência que o Conselho exerce. Então, teria que alguém ter algumas habilidades, competências pra poder ser membro do Conselho Municipal de Educação.

Então, eu acho que o processo foi esse, o processo foi esse. Os professores se reuniram... os professores se reuniram e... e fizeram eleição e escolheram. A gente vive agora, 94, 2004, um momento de reorganização do Conselho em relação a membros, porque o mandato foi vencido. E... assim, eu achei legal a eleição na categoria dos professores, porque são os prof.... eu, como presidente, tava, ali, incentivando a aceitação dos professores, mas eles achavam o seguinte, que eles iam ter uma função terrível... (CARLOS ALMEIDA, membro do Conselho Municipal de Educação).

O surgimento dos Conselhos Sociais na Constituição de 88, a partir da movimentação pela redemocratização do Brasil, aconteceu ao mesmo tempo em que os movimentos sociais de Pintadas se articulavam e chegavam ao Poder.

A experiência de luta antecipou a constituição de coletivos de discussão das questões municipais e dos encaminhamentos de suas conquistas. Assim, a criação dos Conselhos Sociais e, especificamente do Conselho Municipal de Educação, foram passos naturais diante de tal conjuntura. E isto foi percebido pelos

movimentos. Contudo, a ausência de uma história de participação cotidiana nesses conselhos ainda se faz sentir.

Neuza destaca, entre o seu aprendizado com os conselhos, o caráter processual dos mesmos. “Não é uma lei que o faz funcionar”. Não é a simples nomeação das pessoas para o cargo de conselheiro que fará com que estas pessoas compreendam o seu papel. Enquanto outros municípios se queixam do não funcionamento de certos conselhos, por causa da nomeação de parentes dos prefeitos, Neuza reflete que, em Pintadas, ainda que por outras razões, alguns Conselhos deixam a desejar. O conselho precisa ter claro que não é um órgão do Poder Público, mas sim uma interface – um espaço público entre o Estado e a sociedade civil.

Mas, assim, não é uma coisa automática. E, quando eu visito outros municípios, ou falo da experiência de Pintadas, eu vejo uma preocupação bastante grande, assim. As pessoas apostam muito nos Conselhos e se queixam de que no município delas... Eu pergunto: “Como é que ta aqui?” “Ah, aqui não funciona nada, porque tudo é parente do prefeito, é tudo gente que o prefeito coloca”. E um dia eu disse pro pessoal: “Não se surpreendam. Também em Pintadas alguns Conselhos não entendem que eles devem representar uma sociedade.”

Então, eu acho que, se o Conselho simplesmente se fecha nele mesmo, nas reuniões com ele mesmo, sem articular com a sociedade, sem levar pra discussão, ou sem trazer, ele fica na formalidade de, talvez, fazer ata, de fazer reunião, de registrar tudo...

Não é só... Acho que a própria avaliação da forma como ta sendo feita a coisa, não só se o dinheiro ta... Tudo bem, o dinheiro tá bem aplicado. Mas será que, de repente, você não podia propor outro tipo de coisa? Você não podia ta conversando com a comunidade? Assim. Eu acho isso ainda, aqui em Pintadas. Acho que, às vezes, o movimento, como um todo, produz mais, elabora mais do que os próprios conselhos, do que alguns conselhos.

A chegada dos movimentos sociais ao Poder Executivo local gerou aprendizados. Para efeito deste trabalho de pesquisa sobre Conselhos Municipais de Educação, espaços públicos e movimentos sociais, perguntamos a Neuza sobre a participação desses movimentos. Uma vez que os movimentos despontavam contrapondo-se à política local e agora tinham chegado ao poder, como havia ficado a relação entre os movimentos e o Executivo? Como estavam funcionando os conselhos como espaços de interface com o Estado?

Olha, em Pintadas, por ter toda essa participação, por ter as comunidades muito mobilizadas, tem as duas coisas (a “pressão” a partir dos movimentos e o Poder Público convidando para participar)... Assim, porque, desde o início, nós tivemos espaços onde a gente não tinha, digamos assim, corredores. A gente podia falar de tudo, né?

5.3.2 O CONSELHO MUNICIPAL DE VALENTE

Nos municípios pesquisados, o Conselho Municipal de Educação foi criado em novembro de 1995, no município de Valente, e em novembro de 1999, no município de Pintadas. Foram decisões relacionadas com a instituição do Sistema Municipal de Educação e, portanto, a materialização de uma prerrogativa do município por sua autonomia, especificamente, na área de Educação. Caminho natural para dois municípios com histórias de participação tão intensas

Não vimos nestes municípios, conselhos concretizado burocratizados, a mas como extensão dos seus processo de participação mais amplo.



Figura 12 - Secagem da fibra de Sisal

Quanto ao fato dos Conselhos Municipais de Educação prescindirem do Poder Público, esta é uma questão extremamente sensível; entretanto, ainda que exista um risco de atrelamento do Conselho ao Poder Público, dada a sua vinculação institucional, não podemos esquecer que os conselhos são uma interface política entre a sociedade civil e o Estado e não um mero órgão funcional do sistema de ensino como afirmamos neste trabalho.

Esperamos a “vigilância” dos movimentos sociais através das suas redes de solidariedade (ONGs, Igreja, imprensa e outros movimentos) para que ocupem e acompanhem os Conselhos Municipais de Educação exercendo um contra-poder frente às disputas com o Estado.

Nos municípios de Pintadas e Valente os Conselhos Municipais de Educação são arenas de disputas por políticas educacionais.

No momento em que realizávamos esta pesquisa quando a questão do perfil do conselheiro ganhou centralidade, houve um estranhamento entre a representante da sociedade civil e a representante do sindicato. Entretanto a vida seguia impondo a necessidade de deliberações. Os envolvidos eram então convocados a discutir, superar suas divergências e tentar criar os consensos possíveis.

Nada é fácil. Os envolvidos ainda estão descobrindo a especificidade deste novo espaço. Nos municípios pesquisados ainda está sendo construída uma forma de partilha de poder – de co-gestão dos Sistemas Municipais de Educação. Enquanto isto, cada parte vai buscando formas de capacitação que instrumentalizem os seus representantes, como se observa na fala de Maura da Secretaria Municipal de Educação de Valente:

A gente vem fazendo um trabalho com uma assessoria de Serrinha, a professora Clarice, que ela trabalha na Direc 12, que é a Direc que atende essa região, e ela vem capacitando tanto o pessoal da Secretaria de Educação, como também dando palestras a diretores e a conselheiros. O MOC também deu um curso. E essa visão vem sendo mudada. Mas, durante alguns anos atrás, reuniões de Conselho eram palco de conflitos políticos, políticos partidários, pior ainda, né? (MAURA, Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas novos debates foram travados acerca da relação Estado e sociedade civil. Destes debates surgiu a compreensão de que a esfera pública não é espaço de ação exclusiva do governo, mas passa também a ser entendida como espaço de atuação da sociedade civil.

No Brasil, a partir das lutas pela redemocratização do país, novos espaços de participação foram construídos, o que vem conferindo certo alargamento à democracia, incorporando outros espaços para negociações entre representantes da sociedade civil e do poder público, a exemplo do orçamento participativo e dos Conselhos Gestores.

Neste trabalho pesquisamos uma forma de Conselho Gestor, que são os Conselhos Municipais de Educação. Como referimos ao longo deste trabalho, sua criação é facultativa e diz respeito às possibilidades de cada município para gerir o seu próprio sistema educacional autonomamente. Estas possibilidades, evidentemente, se referem às relações entre Poder Público local e cidadãos, entre Estado e sociedade civil.

Na busca deste objetivo, o tecido participativo se fortalece quando existem movimentos sociais atuantes que ocupam seus devidos espaços. Os Conselhos Municipais de Educação, de composição paritária, em que metade dos conselheiros é indicada pelo prefeito e metade indicada como representantes pelos segmentos da sociedade civil, são espaços a serem ocupados por representantes dos movimentos sociais e demais representações da sociedade civil como espaço legítimo de disputas e negociações a fim de formular políticas públicas que assegurem a diversidade que compõe a sociedade civil.

São criados através de Lei Municipal por e com o acompanhamento de membros da sociedade civil. Pela Lei definem a composição e criam os seus regimentos.

Contudo, não podemos perder de vista que o protagonismo da sociedade civil no Brasil é muito recente e, neste sentido, as lutas e a afirmação de direitos coexistem com certos traços de uma formação histórica marcada pelo patrimonialismo, o coronelismo e o clientelismo entre outras formas de concentração e abuso de poder. Estas preocupações estão presentes em pesquisa realizada por Dias e Ramos (2001), quando denunciam a interferência dos chefes políticos locais na composição dos conselhos, como no caso do semi-árido, em 2001.

Outro ponto observado neste trabalho, e de importância na temática em pauta junto aos membros dos conselhos, se refere ao debate entre avanços da sociedade civil e a redução do papel do Estado. Por um lado temos os movimentos sociais ocupando espaços de participação na esfera pública, uma conquista da sociedade civil; por outro lado, o discurso neoliberal proclama a redução da participação do Estado. Esta convergência perversa precisa ser discutida e entendida. É preciso ficar bem claro que numa ponta temos a sociedade civil com sua diversidade e divergências, ganhando espaços junto ao Estado na definição de políticas públicas, e na outra ponta – a neoliberal – temos o mercado desejando avançar na esfera pública, na medida em que advoga a redução do papel do Estado sob pena de confundirmos ingenuamente os discursos em disputa.

Neste trabalho observamos a formação dos conselhos a partir de uma perspectiva de ocupação de poder. Como espaço público são ocupados por integrantes oriundos da sociedade civil e do Estado que trazem em seu bojo os reflexos das contradições desta relação e na própria subjetividade dos seus integrantes. São, portanto, espaços complexos e dotados de uma especificidade muito própria.

Ainda que os seus membros sejam indicados pela sociedade civil e pelo Poder Público, todos são empossados pelo prefeito. Exigem portanto uma militância atenta, que esteja capacitada para observar, desvelar o oculto e que tenha capacidade propositiva. Deverá saber lidar com questões que digam respeito a técnica e a política.

Em documento produzido pelo Ministério da Educação – Guia de Consulta Pró-Conselho (BRASIL, 2004) – Zanchet e Balzano (2004, p.27) distinguem dois perfis de Conselhos a partir da sua composição: conselhos mais *técnico-pedagógicos* e conselhos mais de *participação social*. Percebemos que as prioridades estabelecidas pela agenda do conselho são reveladoras deste perfil.

Pesquisar os Conselhos Municipais de Educação, em especial no semi-árido baiano, exigiu um olhar atento e cuidadoso para compreendermos as especificidades da região. Resquícios de uma cultura do coronelismo se valem de muitas máscaras. Lembramos que visitamos uma rádio não autorizada, com certa imagem de alternativa, quando, de fato, vinculava-se a chefes políticos da direita local.

Esta pesquisa acompanhou dois municípios com históricos de participação muito ricos. A situação de seus Conselhos Municipais de Educação reflete a realidade local e o enredamento de seus tecidos sociais.

Em Valente, tomamos como eixos de fundação do movimento de participação a mobilização dos pequenos produtores, o surgimento do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a implantação da Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB) no município. Acreditamos que o sentido da participação, presente no seu Conselho Municipal de Educação, é fruto desses eventos. Os movimentos sociais se constituíram, em Valente, como força produtiva, inclusive com a implantação de uma fábrica de tapetes que são vendidos para o exterior.



Figura 15 -Cartaz fábrica de tapetes APAEB



Figura 13 - Da fibra aos fios...

Entretanto, quando se lançaram na disputa pela prefeitura local, os movimentos sociais não conseguiram eleger o seu candidato em 2004. A polarização que aparece entre as duas lideranças no Conselho Municipal de Educação certamente reflete estas disputas pelo poder executivo local. No Conselho de Valente, a principal tensão que observamos a respeito da divergência entre Poder Público e sociedade civil foi quanto à formação dos conselheiros e seu perfil. Enquanto a representante da secretaria reclamava pelo desconhecimento técnico de normas, por parte dos conselheiros da sociedade civil, lideranças da sociedade civil defendiam uma formação política.

Percebemos então que os perfis de conselheiros coexistem e se definem pela hegemonia de uma ou outra força interna na condução do órgão. O papel não é fácil de ser exercido, requererá uma formação específica.

No Conselho Municipal de Valente destacaram-se as urgências da Secretaria Municipal de Educação em assumir a responsabilidade pela organização do sistema municipal, a regularização das escolas e sua documentação.

Em Valente entrevistamos quatro conselheiros municipais, dois do Poder Público e dois da sociedade civil. Através de três deles pudemos confirmar a preocupação evidenciada em outras entrevistas. Elson, 29 anos, representando os dirigentes escolares e indicado pelo Poder Público, relatou como prioridades do conselho a aprovação de regimentos escolares e regularização de escolas. Carlília, 36 anos, representando uma associação de moradores, e Liandra, 22 anos, representando o sindicato de trabalhadores rurais, relataram que muitos itens da pauta são definidos pela Secretaria de Educação, sendo completados por outros que são levados por outros conselheiros. O convite é sempre feito pela Secretaria e

apenas a representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), quando perguntada sobre qual a forma que utiliza, como conselheira, para socializar as informações, relatou a existência de um novo departamento no sindicato, o de Educação, no qual ela participa repassando aos demais associados as deliberações das reuniões do conselho.

Os demais conselheiros são: Maura da Silva Miranda, Márcia Lopes Lima, Suzana Guimarães Brito e Nena de Santana Freitas, representando a Secretaria Municipal de Educação; Ludenilda Oliveira (sindicato dos servidores), Maria Elí Martins Carneiro (Igreja Católica), Virgínia Araújo de Santana (Apaeb) e os citados acima.

Em Pintadas, tomamos como eixo de fundação do movimento de participação o conflito de terras conhecido como Lameiro e descrito em capítulo próprio deste trabalho. Após este conflito, sua vitória e suas conquistas, durante as reuniões de avaliação ocorridas na sede da paróquia da Igreja Católica, os próprios integrantes do movimento despertaram para a necessidade de prosseguir na ocupação de espaços, de modo a recuperar outros equipamentos públicos, a exemplo do Hospital Municipal e das escolas municipais.

Destarte, em 1993, os movimentos sociais de Pintadas decidiram disputar as eleições para que pudessem gerir corretamente os recursos públicos e não dependessem exclusivamente de apoios obtidos de organizações não governamentais. Perderam as eleições em 1993, mas conseguiram fazer um vereador, que tudo socializava junto à população.

Para os períodos seguintes 1997-2000 e 2001-2004, Neuza Cadore foi eleita e os movimentos chegaram ao poder em Pintadas. Em 2004 Valcyr foi eleito, dando continuidade à participação dos movimentos sociais de Pintadas no poder local.

Em Valente, a participação que ajudou a construir a identidade do pequeno produtor, e assim o fortaleceu, realizou uma obra de importância para a economia local, com a geração de empregos, o que assegurou a sua presença em certas organizações da sociedade civil nos diversos fóruns locais de discussão. Em Pintadas, a participação constituinte dos movimentos sociais locais percebeu rapidamente a necessidade de se caminhar em direção ao centro do poder local para assim dispor dos recursos públicos.

Deste modo, a experiência de participação nos Conselhos Municipais de Educação é singular, uma vez que se trata de uma experiência em que ocorre a mudança da natureza das tensões internas dos Conselhos, já que agora os líderes dos movimentos sociais negociam com representantes do poder local, que são, igualmente, líderes de movimentos mas agora não atuam mais como líderes de movimentos.

Como vimos, em depoimento de Neuza Cadore, há a insistência de uma postura de denúncia e pouca proposição de ações. Talvez haja aqui uma tensão quando representantes dos movimentos sociais assumem posições no poder público.

Apesar das especificidades de Pintadas, chamou-nos a atenção a presença de um conflito que decorre da visão que se tem destes espaços públicos que são os conselhos. Quando entrevistamos a conselheira Cleusa Mendes, representante das escolas estaduais, ficou evidenciada uma tensão entre as escolas municipais e as escolas estaduais e o desconhecimento dos demais conselheiros quanto a normas e regimentos. Apesar disso, todos os entrevistados relataram que, durante a última reunião, por sugestão de uma conselheira, o trabalho do grupo passou a ser o estudo das leis e o regimento do Conselho Municipal de Educação de Pintadas.

Em Pintadas, como em Valente, a pauta tem itens que provêm da agenda da Secretaria de Educação e só depois o grupo vai acrescentando outros pontos. Os conselheiros em Pintadas relatam que foram escolhidos em processos variados, dentro de suas organizações, e que tudo começou com um ofício da Secretaria de Educação convidando-os a indicar o seu representante e o suplente. Questionados quanto à forma de socialização das informações junto às bases, todos relataram que a fazem para a diretoria ou grupos mais restritos.

Os Conselhos Municipais de Educação foram tratados numa *perspectiva política* de ocupações de espaços e também como *experiência pedagógica* de ocupação destes espaços. Nesta direção é importante registrar o depoimento do pastor Roberto Carlos (Igreja Evangélica), quando diz: "com o Conselho, não vem nada imposto, tudo é discutido, e no Conselho todos estão reunidos para melhorar a sociedade". Leda Teixeira (Igreja Católica) relata o seu aprendizado de quando passou a entender de Educação, de leis, e assim pôde participar das decisões do município ajudando no desenvolvimento.

Inegavelmente muito foi conquistado e as tensões são parte integrante deste encontro entre Estado e sociedade civil e entre diversos segmentos da sociedade civil. Percebemos, entretanto, a necessidade de se capacitar estes conselheiros para qualificar a sua participação e, assim, mais elucidados, poderem intervir devidamente nas deliberações.

As questões administrativas e legais têm centralidade nas agendas dos Conselhos Municipais de Educação. Em Pintadas foram relatadas questões relacionadas a adequação de materiais, formação de professores e outras questões relativas a adequação da Educação a nova realidade do município. Percebe-se que, com a chegada dos movimentos sociais em Pintadas – à Prefeitura–, uma outra sociabilidade é proposta para o município, fundada na solidariedade e na cooperação.

Consideramos então que, para se cooperar com a construção deste ideal participativo, balizado pela prática do exercício da cidadania, e levando-se em conta os parâmetros democráticos em resposta aos anseios da população, o conselho é um espaço legítimo e pode funcionar naquilo que se propõe: espaço de encontro e negociação. É necessário, como já dissemos, que as lideranças sejam devidamente capacitadas para o papel de conselheiros. Sabemos que aqueles que tem qualificação técnica por vezes desqualificam os que não tem essa qualificação como uma tentativa de inviabilizar sua participação em um espaço de diálogo e negociação.

Devemos considerar as contradições próprias de um país marcado pela desigualdade mas que, apesar de todas as dificuldades, vem construindo espaços de democracia participativa ainda que não tenha garantido direitos sociais básicos como saúde e educação, para o seu “cidadão”. Mas, não é possível esperar. Não há uma seqüência única, um jeito único de garantir direitos. A vida pulsa simultânea e em todas as direções. Enquanto o sol nasce, o rio desce, as plantas florescem e o homem caminha. Acontece simultaneamente.

Este trabalho não teve a preocupação de se esgotar nessas considerações finais. Muito pelo contrário, estamos iniciando uma caminhada de reflexão e de ação na construção de Conselhos Municipais de Educação que sejam efetivamente democráticos. Por fim, queremos dizer que evitamos uma abordagem prescritiva e normativista, ainda que reconheçamos a serventia do *saber como fazer* (como

montar um conselho...) mas, acreditamos, precisávamos dar centralidade aos *porquês*.

Enfim, a nossa inquietação esteve voltada para o conhecimento dos fatos que levaram a tais acontecimentos e seus desdobramentos. Desta forma, acreditamos estar contribuindo para o registro e a valorização desse caminhar conjunto, como parte essencial da construção da democracia e pela afirmação dos conselhos como espaços públicos e não como um procedimento gerencial. Esperamos assim ter respondido aos que questionam, provocativa ou ingenuamente: — Por que gestão democrática da Educação?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas novos debates foram travados acerca da relação Estado e sociedade civil. Destes debates surgiu a compreensão de que a esfera pública não é espaço de ação exclusiva do governo, mas passa também a ser entendida como espaço de atuação da sociedade civil.

No Brasil, a partir das lutas pela redemocratização do país, novos espaços de participação foram construídos, o que vem conferindo certo alargamento à democracia, incorpora outros espaços para a negociações entre representantes da sociedade civil e do poder público, a exemplo do orçamento participativo e dos Conselhos Gestores.

Neste trabalho pesquisamos uma forma de Conselho Gestor, que são os Conselhos Municipais de Educação. Como referimos ao longo deste trabalho, sua criação é facultativa e diz respeito às possibilidades de cada município para gerir o seu próprio Sistema educacional autonomamente. Estas possibilidades, evidentemente, se referem às relações entre Poder Público local e cidadãos entre Estado e sociedade civil.

Na busca deste objetivo, o tecido participativo se fortalece quando existem movimentos sociais atuantes que ocupam seus devidos espaços. Os Conselhos Municipais de Educação, de composição paritária, metade dos conselheiros é indicada pelo prefeito e metade indicada como representantes pelos segmentos da sociedade civil; são espaços a serem ocupados por representantes dos movimentos sociais e demais representações da sociedade civil como espaço legítimo de disputas e negociações a fim de formular políticas públicas que assegurem a diversidade que compõe a sociedade civil.

São criados através de Lei Municipal por e com o acompanhamento de membros da sociedade civil. Pela Lei definem a composição e criam os seus regimentos.

Contudo, não podemos perder de vista que, o protagonismo da sociedade civil no Brasil é muito recente e, neste sentido, as lutas e a afirmação de direitos coexistem com certos traços de uma formação histórica marcada pelo patrimonialismo, o coronelismo e o clientelismo entre outras formas de concentração e abuso de poder. Estas preocupações estão presentes em pesquisa realizada por Antonio Dias e Alba Ramos (2001), quando denunciam a interferência dos chefes políticos locais na composição dos conselhos, como no caso do semi-árido, em 2001.

Outro ponto observado neste trabalho, e de importância na temática em pauta junto aos membros dos conselhos, se refere ao debate entre avanços da sociedade civil e a redução do papel do Estado. Por um lado temos os movimentos sociais ocupando espaços de participação na esfera pública, uma conquista da sociedade civil; por outro lado, o discurso neoliberal proclama a redução da participação do Estado. Esta convergência perversa, precisa ser discutida e entendida. É preciso ficar bem claro que numa ponta temos a sociedade civil com sua diversidade e divergências, ganhando espaços junto ao Estado na definição de políticas públicas, e na outra ponta – a neoliberal –, temos o mercado desejando avançar na esfera pública, na medida em que advoga a redução do papel do Estado sob pena de confundirmos ingenuamente os discursos em disputa.

Neste trabalho observamos a formação dos conselhos a partir de uma perspectiva de ocupação de poder. Como espaço público são ocupados por integrantes oriundos da sociedade civil e do Estado que trazem em seu bojo os reflexos das contradições desta relação e na própria subjetividade dos seus integrantes. São, portanto, espaços complexos e dotados de uma especificidade muito própria.

Ainda que os seus membros sejam indicados pela sociedade civil e pelo Poder Público, todos são empossados pelo prefeito. Exigem portanto uma militância atenta, que esteja capacitada para observar, desvelar o oculto e que tenha capacidade propositiva. Deverá saber lidar com questões que digam respeito a técnica e a política.

Em documento produzido pelo Ministério da Educação – Guia de Consulta Pró-Conselho (BRASIL, 2004) – Vera Zanchet e Sonia Balzano (2004, p.27) distinguem dois perfis de Conselhos a partir da sua composição: conselhos mais

técnico-pedagógicos e conselhos mais de *participação social*. Percebemos que as prioridades estabelecidas pela agenda do conselho são reveladoras deste perfil.

Pesquisar os Conselhos Municipais de Educação, em especial no semi-árido baiano, exigiu um olhar atento e cuidadoso para compreendermos as especificidades da região. Resquícios de uma cultura do coronelismo se valem de muitas máscaras. Lembramos que visitamos uma rádio não autorizada, com certa imagem de alternativa, quando, de fato, vinculava-se a chefes políticos da direita local.

Esta pesquisa acompanhou dois municípios com históricos de participação muito ricos. A situação de seus Conselhos Municipais de Educação reflete a realidade local e o enredamento de seus tecidos sociais.

Em Valente, tomamos como eixos de fundação do movimento de participação a mobilização dos pequenos produtores, o surgimento do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a implantação da Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB) no município. Acreditamos que o sentido da participação, presente no seu Conselho Municipal de Educação, é fruto desses eventos. Os movimentos sociais se constituíram, em Valente, como força produtiva, inclusive com a implantação de uma fábrica de tapetes que são vendidos para o exterior.



Figura 15 -Cartaz fábrica de tapetes APAEB



Figura 13 - Da fibra aos fios...

Entretanto, quando se lançaram na disputa pela prefeitura local, os movimentos sociais não conseguiram eleger o seu candidato em 2004. A polarização que aparece entre as duas lideranças no Conselho Municipal de Educação certamente reflete estas disputas pelo poder executivo local. No Conselho de Valente, a principal tensão que observamos a respeito da divergência entre Poder Público e sociedade civil foi quanto à formação dos conselheiros e seu perfil. Enquanto a representante da secretaria reclamava pelo desconhecimento técnico de normas, por parte dos conselheiros da sociedade civil, lideranças da sociedade civil defendiam uma formação política.

Percebemos então que os perfis de conselheiros coexistem e se definem pela hegemonia de uma ou outra força interna na condução do órgão. O papel não é fácil de ser exercido, requererá uma formação específica.

No Conselho Municipal de Valente destacaram-se as urgências da Secretaria Municipal de Educação em assumir a responsabilidade pela organização do sistema municipal, a regularização das escolas e sua documentação.

Em Valente entrevistamos quatro conselheiros municipais, dois do Poder Público e dois da sociedade civil. Através de três deles pudemos confirmar a preocupação evidenciada em outras entrevistas. Elson, 29 anos, representando os dirigentes escolares e indicado pelo Poder Público, relatou como prioridades do conselho a aprovação de regimentos escolares e regularização de escolas. Carlília, 36 anos, representando uma associação de moradores, e Liandra, 22 anos, representando o sindicato de trabalhadores rurais, relataram que muitos itens da pauta são definidos pela Secretaria de Educação, sendo completados por outros que são levados por outros conselheiros. O convite é sempre feito pela Secretaria e

apenas a representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), quando perguntada sobre qual a forma que utiliza, como conselheira, para socializar as informações, relatou a existência de um novo departamento no sindicato, o de Educação, no qual ela participa repassando aos demais associados as deliberações das reuniões do conselho.

Os demais conselheiros são: Maura da Silva Miranda, Márcia Lopes Lima, Suzana Guimarães Brito e Nena de Santana Freitas, representando a Secretaria Municipal de Educação; Ludenilda Oliveira (sindicato dos servidores), Maria Elí Martins Carneiro (Igreja Católica), Virgínia Araújo de Santana (Apaeb) e os citados acima.

Em Pintadas tomamos como eixo de fundação do movimento de participação o conflito de terras conhecido como Lameiro e descrito em capítulo próprio deste trabalho. Após este conflito – sua vitória e suas conquistas –, durante as reuniões de avaliação ocorridas na sede da paróquia da Igreja Católica, os próprios integrantes do movimento despertaram para a necessidade de prosseguir na ocupação de espaços, de modo a recuperar outros equipamentos públicos, a exemplo do Hospital Municipal e das escolas municipais.

Destarte, em 1993, os movimentos sociais de Pintadas decidiram disputar as eleições para que pudessem gerir corretamente os recursos públicos e não dependessem exclusivamente de apoios obtidos de organizações não governamentais. Perderam as eleições em 1993, mas conseguiram fazer um vereador, que tudo socializava junto à população.

Para os períodos seguintes 1997-2000 e 2001-2004, Neuza Cadore foi eleita e os movimentos chegaram ao poder em Pintadas. Em 2004 Valcyr foi eleito, dando continuidade à participação dos movimentos sociais de Pintadas no poder local.

Em Valente, a participação que ajudou a construir a identidade do pequeno produtor, e assim o fortaleceu, realizou uma obra de importância para a economia local, com a geração de empregos, o que assegurou a sua presença em certas organizações da sociedade civil nos diversos fóruns locais de discussão. Em Pintadas, a participação constituinte dos movimentos sociais locais percebeu rapidamente a necessidade de se caminhar em direção ao centro do poder local para assim dispor dos recursos públicos.

Deste modo, a experiência de participação nos Conselhos Municipais de Educação é singular, uma vez que se trata de uma experiência em que ocorre a mudança da natureza das tensões internas dos Conselhos, já que agora os líderes dos movimentos sociais negociam com representantes do poder local, que são, igualmente, líderes de movimentos mas agora não atuam mais como líderes de movimentos.

Como vimos, em depoimento de Neuza Cadore, há a insistência de uma postura de denúncia e pouca proposição de ações. Talvez haja aqui uma tensão quando representantes dos movimentos sociais assumem posições no poder público.

Apesar das especificidades de Pintadas, chamou-nos a atenção a presença de um conflito que decorre da visão que se tem destes espaços públicos que são os conselhos. Quando entrevistamos a conselheira Cleusa Mendes, representante das escolas estaduais, ficou evidenciada uma tensão entre as escolas municipais e as escolas estaduais e o desconhecimento dos demais conselheiros quanto a normas e regimentos. Apesar disso, todos os entrevistados relataram que, durante a última reunião, por sugestão de uma conselheira, o trabalho do grupo passou a ser o estudo das leis e o regimento do Conselho Municipal de Educação de Pintadas.

Em Pintadas, como em Valente, a pauta tem itens que provêm da agenda da Secretaria de Educação e só depois o grupo vai acrescentando outros pontos. Os conselheiros em Pintadas relatam que foram escolhidos em processos variados, dentro de suas organizações, e que tudo começou com um ofício da Secretaria de Educação convidando-os a indicar o seu representante e o suplente. Questionados quanto à forma de socialização das informações junto às bases, todos relataram que a fazem para a diretoria ou grupos mais restritos.

Os Conselhos Municipais de Educação foram tratados numa *perspectiva política* de ocupações de espaços e também como *experiência pedagógica* de ocupação destes espaços. Nesta direção é importante registrar o depoimento do pastor Roberto Carlos (Igreja Evangélica), quando diz: "com o Conselho, não vem nada imposto, tudo é discutido, e no Conselho todos estão reunidos para melhorar a sociedade". Leda Teixeira (Igreja Católica) relata o seu aprendizado de quando passou a entender de Educação, de leis, e assim pôde participar das decisões do município ajudando no desenvolvimento.

Inegavelmente muito foi conquistado e as tensões são parte integrante deste encontro entre Estado e sociedade civil e entre diversos segmentos da sociedade civil. Percebemos, entretanto, a necessidade de se capacitar estes conselheiros para qualificar a sua participação e, assim, mais elucidados, poderem intervir devidamente nas deliberações.

As questões administrativas e legais têm centralidade nas agendas dos Conselhos Municipais de Educação. Em Pintadas foram relatadas questões relacionadas a adequação de materiais, formação de professores e outras questões relativas a adequação da Educação a nova realidade do município. Percebe-se que, com a chegada dos movimentos sociais em Pintadas – à Prefeitura–, uma outra sociabilidade é proposta para o município, fundada na solidariedade e na cooperação.

Consideramos então que, para se cooperar com a construção deste ideal participativo, balizado pela prática do exercício da cidadania, e levando-se em conta os parâmetros democráticos em resposta aos anseios da população, o conselho é um espaço legítimo e pode funcionar naquilo que se propõe: espaço de encontro e negociação. É necessário, como já dissemos, que as lideranças sejam devidamente capacitadas para o papel de conselheiros. Sabemos que aqueles que tem qualificação técnica por vezes desqualificam os que não tem essa qualificação como uma tentativa de inviabilizar sua participação em um espaço de diálogo e negociação.

Devemos considerar as contradições próprias de um país marcado pela desigualdade mas que, apesar de todas as dificuldades, vem construindo espaços de democracia participativa ainda que não tenha garantido direitos sociais básicos como saúde e educação, para o seu “cidadão”. Mas, não é possível esperar. Não há uma seqüência única, um jeito único de garantir direitos. A vida pulsa simultânea e em todas as direções. Enquanto o sol nasce, o rio desce, as plantas florescem e o homem caminha. Acontece simultaneamente.

Este trabalho não teve a preocupação de se esgotar nessas considerações finais. Muito pelo contrário, estamos iniciando uma caminhada de reflexão e de ação na construção de Conselhos Municipais de Educação que sejam efetivamente democráticos. Por fim, queremos dizer que evitamos uma abordagem prescritiva e normativista, ainda que reconheçamos a serventia do *saber como fazer*

(como montar um conselho...) mas, acreditamos, precisávamos dar centralidade aos *porquês*.

Enfim, a nossa inquietação esteve voltada para o conhecimento dos fatos que levaram a tais acontecimentos e seus desdobramentos. Desta forma, acreditamos estar contribuindo para o registro e a valorização desse caminhar conjunto, como parte essencial da construção da democracia e pela afirmação dos conselhos como espaços públicos e não como um procedimento gerencial. Esperamos assim ter respondido aos que questionam, provocativa ou ingenuamente: — Por que gestão democrática da Educação?

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Organização dos Conselhos Municipais de Educação**. Apostila produzida pelo Fundoescola/MEC para formação de conselheiros da área educacional [s/a; s/d].

ALONSO, Jorge. La sociedad civil en óptica gramsciana. In: **Sociedad Civil Análisis y Debates**, nº 1 v.1. pp.11-29 [s/a, s/d].

ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARATO, A.; COHEN, J. Sociedade Civil e Teoria Social. In: **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil: além da dicotomia Estado-Mercado. In: **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994a.

_____. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) – NBR 6023:2002 – Informação e documentação – Referências -Elaboração; NBR 6024:2003 – Numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação; NBR 6027:2003 – Sumário - Procedimentos; NBR 6028:1990 – Resumos – Procedimentos; NBR 10520: 2002 – Informação e documentação – Citação em Documentos - Apresentação; NBR 10522:1988 – Abreviação na descrição bibliográfica – Procedimentos.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. Coleção Primeiros Passos, v.46. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BISPOS DA AMÉRICA LATINA. **Conclusões de Medellín**. Ed. Paulinas, 1984, p.6 *apud* Sader, 1988.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. v.1, 12.ed. Brasília: LGE; Universidade de Brasília, 2004.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**. Coleção Fazer/5. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos, v.95, 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização: Cláudio Brandão de Oliveira, 5.ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2004.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIANES, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

COELHO, Jorge Tadeu P. **Conselhos municipais em educação e espaços públicos**. Artigo da VII Semana de Mobilização Científica (SEMOC), 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Grilagem de terra mata dois lavradores e tira o pão de quinze famílias**. [s/d].

COURCIER, Rémy. **O Projeto Pintadas: uma experiência de “pesquisa-desenvolvimento” no sertão baiano**. Recife: SUDENE; FUNDAJ; Massangana, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Demo, Pedro. **Educação e qualidade** (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). Campinas: Papirus, 1984.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Capítulo I. in: **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANFOCS, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais, a construção da cidadania. In: **Novos Estudos**, n.10, São Paulo: Cebrap, out. 84. p.24-30.

FREIRE, Paulo _____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GOHN, Maria da Glória. Os conselhos de educação e a reforma do Estado. In: **Pólis – estudos, formação e assessoria em políticas sociais. Conselhos gestores de políticas públicas**. CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (Orgs.). n.37. São Paulo: Pólis, 2000. 144p.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001a.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 4.ed. Coleção questões da nossa época, v.5. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **Educação não-formal e cultura política.** 2.ed. Coleção questões da nossa época, v.71. São Paulo: Cortez, 2001c.

_____. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 2.ed. Coleção questões da nossa época, v.84. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. Coleção questões da nossa época, v.123. São Paulo: Cortez, 2005.

GONZALES, Maria Victória Espiñeira. **O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairro.** Salvador: EDUFBA; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática. In: **IdÉIAS:** Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 5(2) / 6 (1) 1998-1999.

Haguette, Tereza M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 7.ed. São Paulo: Paz e Terra.

HENFIL. **Diretas já!** Rio de Janeiro: Record, 1984.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JORNAL A TARDE. Salvador, 21 mar. 2005. Cap. 5.

JORNAL DO BRASIL. **POLÍCIA MANDA DE VOLTA** às suas casas 21 passageiros de pau-de-arara baiano. RIO DE JANEIRO, 08 jul. 1973 (sucursal de Salvador).

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste - planejamento e conflito de classes. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A economia brasileira:** crítica à razão dualista. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

PINHO, Alberto A. **Monografia municipal de Valente.** IBGE, 1984.

Pró-conselho. Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho: guia de consulta / coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

Quiroga, Ana P. de. **Enfoques y perspectivas em psicologia social**: desarrollos a partir del pensamiento de Enrique Pichon-Riviere. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1994

RAMOS, Alba R.N; NASCIMENTO, Antonio D. **Resgatando a infância**: a trajetória do PETI na Bahia. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 18.ed. Coleção memória da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIVERA, Alberto J. O. El concepto de sociedad civil em uma perspectiva habermasiana: hacia um nuevo protecto de democratización. In: **Sociedad Civil Análisis y Debates**, n.1, v.1 [s/a, s/d]. p.31-44.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS JR. O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de (Orgs.). **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro, Revan; Fase, 2004.

SILVA, A. L. V. *et alli*. **APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência**. Salvador: Apaeb, 1993.

TEIXEIRA, Elenaldo. **Sociedade civil e participação cidadã no poder local**. Série UFBA em campo; Estudos. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

_____. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3.ed. UFBA em campo. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Conselhos Municipais de Educação: criação e implantação em face das novas atribuições dos sistemas municipais de ensino. In: **Desafios da Educação Municipal** / Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e controle social. In: **O público não-estatal na reforma do Estado**/ BRESSER PEREIRA, L.C., GRAU, Nuria Cunill. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

MUNICÍPIO DE PINTADAS:

CARLOS ALBERTO DA SILVA ALMEIDA – na época da entrevista era membro do Conselho Municipal de Educação e atualmente é Secretário Municipal de Educação.

FLOENIR DE SOUZA – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação.

IRMÃ VELZI STOLZ – missionária e líder comunitária.

JORLENE LIMA MENDES – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

LEDA TEIXEIRA – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando a Igreja Católica.

NEUZA CADORE – na época da entrevista era Prefeita e atualmente é Diretora do Conselho de Desenvolvimento Social (CODES) do Município.

ROBERTO CARLOS VIANA – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando a comunidade evangélica.

VALBERTO MÁRCIO – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando a Câmara Municipal.

MUNICÍPIO DE VALENTE:

LENINHA – Diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente.

KLEBER SILVA – Representante da FM Valente – rádio comunitária.

MIRIAM CUNHA – em 2003 era Secretária Municipal de Educação.

MAURA MIRANDA – Assessora Técnica da Secretária Municipal de Educação.

ÉLSON CARNEIRO SANTOS – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando os secretários escolares.

CARLÍLIA DE CÁSSIA SILVA – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando a Associação de Moradores de Bairro.

ELIANDRA DE LIMA CUNHA – em 2005 é membro do Conselho Municipal de Educação, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

ANEXOS

REGIÃO ECONÔMICA NORDESTE

Estado da Bahia



REGIÃO ECONÔMICA PARAGUAÇU

Estado da Bahia

